



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

09 02 14
1317

MENSAGEM Nº 13 /2014-GAG

Brasília-DF, 4 de fevereiro de 2014

PROC 52 /2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais, no início desta quarta sessão legislativa da sexta legislatura, para expor a situação do Distrito Federal e indicar as providências que estamos tomando para reorganizar a Administração Pública, desenvolver as nossas cidades e prestar serviços públicos de qualidade à nossa população.

Três quartos do mandado conferido pelas urnas a mim e ao Vice-Governador Tadeu Filippelli já foram cumpridos. Nossos propósitos e os fundamentos em que o atual Governo se constitui são os mesmos:

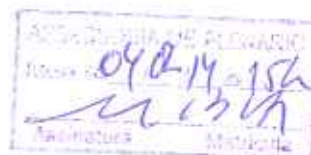
1º) Estamos aliados, de forma incondicional, com o Governo Federal, que muito tem contribuído para resgatar a imagem de nossa Unidade Federativa e conseguir os benefícios necessários à melhoria da qualidade de vida de nossa gente. Devemos muito à nossa Presidenta Dilma Rousseff, essa mulher que muito tem feito pelo nosso País e pelo nosso Distrito Federal. A ela os nossos mais sinceros agradecimentos.

2º) Nosso trabalho tem como objetivo central cuidar bem das pessoas. Por isso, estamos nessa luta incessante para melhorar os serviços públicos prestados à população, levar às cidades infraestrutura adequada às suas necessidades e proporcionar-lhes oportunidade de vida cada vez melhor. Temos o desafio de zelar para manter a renda *per capita* da Capital como a mais alta do País e, ao mesmo tempo, tirarmos a Capital do rol das cidades mais desiguais do mundo.

3º) Nosso Governo zela pela transparência de suas ações e pelo amplo e irrestrito acesso da população às informações produzidas nas diferentes repartições. Saber o que o Governo faz e como faz é um direito fundamental do cidadão e contribui para fazer as críticas e análises necessárias ao aprimoramento da gestão governamental.

Setor Protocolo Legislativo
PROC Nº 52 / 2014
Folha Nº. 01-40

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília-DF





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Conforme afirmei em Mensagens anteriores, a Capital da República foi assolada por uma crise profunda e devastadora, que comprometeu sua capacidade de aproveitar os bons momentos vividos pela Nação, sob a liderança do Presidente Lula, nos anos de 2003 a 2010.

Apesar de ainda hoje haver reflexos dos desmandos do passado, o atual Governo vem implementando um conjunto significativo de medidas em benefício das pessoas que escolheram o Distrito Federal para fixar suas residências, constituir suas famílias e patrimônio e viver intensamente as diversas oportunidades que a Capital da República lhes oferece.

Muitas das mudanças que anunciamos na campanha eleitoral de 2010 foram realizadas e entregues à população. Várias outras estão em curso e serão entregues neste ano.

Em 2013, chegamos a R\$ 2,3 bilhões em **investimentos**, o que representa quase o dobro do que foi investido em 2010. Em 2014, esperamos investir ainda mais para requalificarmos a infraestrutura das áreas de saúde, segurança, educação, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, agricultura, habitação, geração de empregos, transporte, infraestrutura, administração pública e, principalmente, em cidadania.

Todas essas mudanças só foram possíveis porque, junto com o nosso Vice-Governador Tadeu Filippelli, estruturamos um Governo capaz de compreender os problemas por que passam o Distrito Federal e sua população e apontar as soluções adequadas para cada caso. Juntos de toda a nossa equipe de Governo, estamos construindo novos caminhos para o Distrito Federal.

Destaco também, como já fiz em Mensagens anteriores, o papel decisivo dessa Casa na aprovação das matérias de interesse do Poder Executivo. O conjunto de projetos debatidos e aprovados pela atual Legislatura demonstram a grandeza de espírito público de cada Parlamentar e o contínuo trabalho de colaboração na busca de soluções para aquilo que é de interesse de nossa sociedade.

Feitas essas considerações iniciais, passo a relatar a situação das diferentes áreas de atuação do Governo.

1) Saúde Pública

Quando assumi o Governo, a saúde pública estava em completo abandono. Havia centros cirúrgicos fechados, com piolho de pombo, infiltrações, etc. Faltavam medicamentos, leitos, profissionais de saúde e uma infinidade de outras coisas indispensáveis à prestação de um serviço essencial à vida humana.

Passados os três primeiros anos de Governo, é possível afirmar que a saúde pública do Distrito Federal já se encontra em outro patamar. Foram feitos inúmeros investimentos na rede física, em recursos humanos, em medicamentos e na gestão.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Trata-se de um grande esforço, dentro da política de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, para qualificar a atenção à saúde oferecida à população por intermédio de ações que integram os diversos componentes da rede, em seus aspectos estruturais, organizacionais e de gestão.

A implementação dessas novas políticas públicas de saúde tem demonstrado melhoria nos principais indicadores de saúde pública. Os dados apresentados refletem o compromisso da atual gestão em cumprir com os princípios constitucionais do SUS, elevando a qualidade em saúde nas suas diversas áreas de atuação.

Na atenção à saúde, podem ser lembradas as seguintes iniciativas:

a) reorganização da rede de urgência e emergência: foi adotada a classificação de riscos, a implantação da linha de cuidado para o AVC, IAM e trauma e a preparação para os grandes eventos, incluindo a Copa do Mundo (plano de contingência), com destaque para o seguinte:

- aproximadamente 2,8 milhões de atendimentos nos pontos de atendimento de urgência e emergência da rede pública de saúde, sendo 30% feitos pelas quatro UPAs operantes (Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Samambaia e São Sebastião), com 90% de resolutividade dos casos recebidos;

- 1,9 milhões de atendimentos nos 13 prontos-socorros, com redução de 27% da sua taxa de ocupação em relação a 2012, reflexo de sua resolutividade;

- 973 mil chamadas pelo SAMU, das quais 181 mil, infelizmente, eram trotes (18% do total). Atualmente o SAMU no DF tem sido apresentado pelo Ministério da Saúde como uma das experiências mais bem sucedidas, considerando o cenário nacional. É composto por cerca de mil profissionais, com uma frota de 39 ambulâncias (30 unidades básicas, oito avançadas e uma unidade bariátrica);

- 249 mil atendimentos pelas unidades móveis do SAMU, sendo que aproximadamente 40% dos atendimentos são resolvidos no local, sem deslocamento até o hospital;

b) melhoria da atenção materno-infantil: foi implantada a rede cegonha e a carreta da mulher, com destaque para o seguinte:

- as quatro Carretas da Mulher realizaram 103,3 mil exames, sendo 35,3 mil mamografias, 36,6 mil ecografias diversas e 31,1 mil exames para prevenções de câncer de colo de útero;

- a Rede Cegonha possibilitou a ampliação das Unidades de Referência para Assistência à Gravidez de Alto Risco: HMIB; HRS; HRT; HRSAM; HRG;

- as regionais do Guará, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Taguatinga, Asa Sul, Planaltina, Gama e Paranoá conseguiram ultrapassar a meta de 75% de investigação de óbito fetal e infantil, preconizada pelo Ministério da Saúde;

- foram realizados 41.323 partos, numa média mensal de 3.444 partos e diária de 168 partos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- foi alcançada a meta de 57% para a proporção de partos normais prevista para 2013;

- o número de óbitos maternos ficou abaixo de 20 ocorrências (meta: ≤ 20);

c) aumento do número de transplantes no DF: o DF lidera nacionalmente os transplantes de coração, córnea, fígado e rim:

- é a unidade da federação com maior número de doadores por milhão de pessoas: 33 d.p.p., considerando Madri (Espanha) a cidade mais desenvolvida em transplantes, que tem a média de 36 d.p.p.;

- foram realizados 543 transplantes, sendo 183 de órgãos (28 corações, 48 fígados, 105 rins e 2 pulmões) e 360 transplantes de tecidos (córneas);

- o DF realizou, em 2013, o primeiro transplante de pulmão e o primeiro transplante de medula óssea;

- foi contratado o serviço aéreo para transplante;

d) ampliação da cobertura da área da saúde mental: a infraestrutura é composta atualmente por uma unidade de acolhimento em funcionamento em Samambaia e por quinze CAPS, sendo cinco de Transtorno Mental Adulto (ISM, Taguatinga, Paranoá, Samambaia e Planaltina), um Centro de Orientação Médico Psicopedagógico e nove CAPS Álcool e Drogas (Rodoviária, Samambaia, Ceilândia, Taguatinga, Itapoã, Santa Maria, Guará, Sobradinho e Brasília):

- foram habilitados 45 novos leitos de saúde mental pelo Ministério da Saúde;

- houve a expansão da cobertura populacional de CAPS 2010-2013 em 148%, a 2ª maior expansão do País;

- até 2015, devemos atingir a meta de cobertura preconizada pelo Ministério da Saúde;

e) expansão do programa saúde da família: o DF possui uma população de 2,8 milhões de habitantes e uma taxa de cobertura básica de 27,85%. O programa saúde da família saiu de 117 equipes em 2011 (15% de cobertura) para 259 equipes em 2013 (27,5% de cobertura);

f) ampliação do Programa Saúde na Escola: implantado em 2009 pelo Ministério da Saúde, o programa foi iniciado no DF com 26 escolas, 22 unidades básicas e 3 ESF (51 unidades); em 2011, passou a contar com 47 escolas, 22 centros de saúde e 17 ESF (86 unidades); em 2012, aumentou para 53 escolas, 22 centros de saúde e 22 ESF, (97 unidades); em 2013, alcançou 132 escolas e 88 UBSs (220 unidades). Cerca de 90 mil estudantes foram assistidos pelo Programa Saúde na Escola;

Setor Protocolo Legislativo
PROC Nº 52 / 2014
Folha Nº 04-uf



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

g) atenção domiciliar: o Serviço de Atenção Domiciliar está presente em todas as 15 Coordenações Gerais de Saúde, atingindo 9,4 mil visitas domiciliares, 24,5 mil atendimentos ambulatoriais, 35,1 mil procedimentos domiciliares, 7,9 mil pacientes cadastrados, 1,2 mil pacientes ativos e 131 admissões no programa;

h) ações preventivas na área da vigilância em saúde: foram intensificadas a vacinação quadrivalente contra o HPV, ações preventivas e promocionais contra a dengue (incluindo o teste rápido), leishmaniose, certificação sanitária para a Copa do Mundo, vacina contra a gripe com 88,9% do público-alvo (meta nacional é de 80%) e contra a pólio (97,2% do público-alvo, superando a meta nacional de 95%), conforme dados seguintes:

- mais de 1,5 milhão de vacinas foram aplicadas;
- foram vistoriados 1,8 milhões de imóveis no combate à dengue; 30 mil kits educativos foram distribuídos na Secretaria de Saúde e nas escolas públicas da Secretaria de Educação; foram distribuídos 150 mil kits "teste rápido" para dengue. Apesar disso, houve a confirmação de 22 casos de dengue grave, com 9 óbitos relacionados;
- atingiu-se o índice de 97% de cobertura da vacina Tetravalente/Pentavalente em crianças menores de um ano;
- foi implantada a vacina HPV em escolas da rede pública e privada com 162,8 mil doses aplicadas;
- foram aplicadas 409,6 mil doses na campanha de vacinação contra a influenza, com cobertura de 90,5% da população alvo de crianças entre 6 meses e 2 anos, idosos, profissionais de saúde, gestantes, puérperas, população prisional e portadores de comorbidades;
- 14 milhões de preservativos masculinos foram distribuídos;
- houve 1,5 mil registros de notificações de agravos à saúde do trabalhador (92% da meta);
- foram realizadas 5,7 mil inspeções sanitárias e inspecionados 4,9 mil estabelecimentos de medicamentos, 6,3 mil estabelecimentos saúde, 13,2 mil estabelecimentos alimentícios e 383 estabelecimentos de saneantes;

i) Produtividade: foram realizadas 7,3 milhões de consultas e atendimentos; 132 mil internações, com aumento de 16,89% no número de cirurgias, de 21,74% nos exames de patologia e 24,4% nos exames de imagenologia (1,3 milhões de exames radiológicos).

j) No Hemocentro, merece menção:

- percentual de 97,13% de conformidade na Inspeção Sanitária (meta $\geq$ 95%);



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- alcance da meta proposta para o índice de doação na população do DF (meta de 2%);
- alcance do percentual de 97,2% para o índice de satisfação do doador;
- superação da meta de 45% do índice de doadores fidelizados 2010/2013, e obtenção do percentual de 84,2% do índice de atendimento das solicitações de hemocomponentes de rotina;
- atendimento de 100% das solicitações de emergência (fora da rotina).

Na melhoria da gestão, podem ser lembradas as seguintes iniciativas:

a) recomposição da força de trabalho da Secretaria de Estado da Saúde: mais de 14,7 mil profissionais admitidos nos três primeiros anos deste Governo;

b) implantação do ponto eletrônico: 55% dos servidores já cadastrados;

c) credenciamento ou reclassificação de 102 leitos de UTI e aumento do número de leitos de UTI, especialmente no HBDF, HMIB e HRS;

d) credenciamento ou reclassificação de 45 leitos de SHRAD e transtornos mentais (HMIB, HRT, HRGU, HRPa, HRS, HRSM, HRG); credenciamento de cinco CAPS; credenciamento do Serviço de Assistencial de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e Laboratório de Eletrofisiologia – ICDF; credenciamento dos seis Serviços de Terapia Nutrição Enteral (HBDF, HRT, HRPa, HRC, HRSam, HRG) e Serviço de Triagem Neonatal;

e) profissionalização da gestão com ênfase no planejamento-gestão estratégica, implantação da gestão de custos em hospitais públicos no DF (pioneiro no Brasil) e melhoria do fluxo da compra de medicamentos, insumos e materiais médicos hospitalares, com maior agilidade nas compras;

f) organização dos fluxos assistenciais por meio da regulação dos serviços, com fila zero para procedimentos de angioplastia e cateterismo, para exames de ecocardiografia, estudo eletrofisiológico e MAPA;

g) diminuição da fila de espera em 97,9% por ressonância magnética; diminuição da fila de espera em 80,4% para densitometria óssea; diminuição de 54,3% da fila de espera em exames de MAPA, holter, teste ergonometrico e TILT TEST; diminuição da demanda reprimida dos exames regulados em 79,5%;

h) telemedicina: Sistema Integrado de Laudos Cardiológicos com instalação de 73 equipamentos de holter e 85 de MAPA nos hospitais, viabilizando a realização de 593 holter e 191 MAPA no período de agosto a outubro 2013, zerando a fila por cinco meses consecutivos;

i) melhoria da execução orçamentária: 93% de execução no ano de 2013.

Na parte de investimentos foram realizadas melhorias na infraestrutura, com a realização de reformas, construções e aquisição de equipamentos médico-hospitalares:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- a) reforma de várias unidades de saúde;
- b) reforma do Núcleo de Patologia Clínica – HRG;
- c) execução de serviços técnicos profissionais especializados de engenharia, de projetos básicos e executivos de instalações ordinárias e especiais, orçamento e cronograma da obra e ampliação do complexo regulador do DF;
- d) elaboração de laudo técnico, projeto executivo e orçamento de reforço estrutural no edifício da FEPECS;
- e) reforma das instalações elétricas na administração do HMIB;
- f) reforma das instalações do CAPS III AD da rodoviária;
- g) reforma das instalações elétricas, dados e voz da unidade de terapia intensiva do HMIB;
- h) execução da obra de substituição das esquadrias metálicas e outros serviços do pronto-socorro do HBDF;
- i) reforma e adequação da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – SUTIS;
- j) reforma do sistema de ar-condicionado central da UTI do HMIB;
- k) construção de Clínica da Família no Recanto das Emas, Sobradinho II e Samambaia;
- l) reforma da odontologia do Centro de Saúde nº 01 do Guará;
- m) construção do Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS II de Samambaia;
- n) impermeabilização das lajes, calhas, rufos, jardineiras e reservatórios das juntas A, B, C, D, E e M do HRT;
- o) construção do abrigo externo de resíduos da Fundação Hemocentro de Brasília – FHB;
- p) aquisição, recuperação e manutenção preventiva de equipamentos médico-hospitalares para a rede SES/DF: ressonância magnética, tomografia laboratório, mobiliário.

Para 2014, o Governo vai continuar melhorando a infraestrutura da área da saúde pública. Estão previstos novos investimentos em diversas áreas para que cheguemos ao final do ano com os compromissos cumpridos.

Na Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, registram-se os seguintes dados:

- a) 5 mil candidatos inscritos no vestibular da FEPECS para 80 vagas/curso, sendo 40% das vagas preenchidas por egressos do ensino básico da Secretaria de Educação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- b) formados 79 médicos e 46 enfermeiros;
- c) fomento à Pesquisa para 13 Projetos (R\$ 525,4 mil);
- d) participação de seis estudantes no programa Ciências sem Fronteiras: Canadá, EUA e Reino Unido;
- e) capacitação de 1,5 mil pessoas e mais 9,8 mil participantes em eventos de capacitação realizados nas Regionais com apoio da FEPECS;
- f) treinamento em serviço para 104 profissionais de nível técnico e superior;
- g) encaminhamento de 7 mil estudantes para atividades práticas supervisionadas e estágios, com cerca de 1,5 milhões de horas de atividades;
- h) formação em saúde mental, para atendimento de usuários de *crack*, álcool e outras drogas (Caminhos do Cuidado): 39 pessoas (parceria com as Escolas Técnicas do SUS, Ministério da Saúde e o Grupo Hospitalar Conceição).
- i) oferta de dois cursos de especialização, com 20 pós-graduados;
- j) oferta de residência Médica: 104 programas, 10 hospitais, 784 residentes;
- k) oferta de residência multiprofissional: enfermagem: 28 programas, 6 hospitais, 107 residentes; nutrição: 3 programas, 3 hospitais, 46 residentes; traumatologia buco-maxilo-facial: 1 programa, 1 hospital, 6 residentes; psicologia: 1 programa, 1 hospital, 4 residentes; fisioterapia: 1 programa, 1 hospital, 4 residentes;
- l) oferta de mestrado profissional em Ciências para a Saúde – CAPES: 36 mestrandos;
- m) oferta de mestrado internacional de educação de profissionais para a saúde em convênio com o University Maastricht (Holanda): 10 concluintes;
- n) oferta de cursos de extensão: 20 cursos, 1,5 mil participantes.

Pelos dados levantados na Ouvidoria da Saúde, as manifestações negativas recuaram cerca de 11%, e as positivas aumentaram quase 23%, o que demonstra sensíveis melhoras na gestão e atendimento da saúde pública do Distrito Federal.

Tudo isso, demanda esforços do Governo e vultosas quantias de recursos públicos. O atual Governo tem investido muito em saúde, conforme pode ser visto pelos dados de execução orçamentária, que apresentam apenas os recursos do Tesouro local, aplicados na forma determinada pela Constituição Federal: mínimo de 12% das receitas estaduais; mínimo de 15% das receitas municipais, o que exige um mínimo de cerca de 13,1% sobre o total das duas fontes de receita.

Nos três anos de nosso Governo, estamos aplicando mais de 3 pontos percentuais acima do mínimo constitucional e bem acima do que foi aplicado nos Governos anteriores:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Exercício	Receita do DF			Aplicação em saúde	% aplicado
	Estadual	Municipal	Total		
2009	5.087.911.154,57	2.734.079.233,42	7.821.990.387,99	1.141.141.078,77	14,59%
2010	5.778.239.045,81	3.080.865.460,32	8.859.104.506,13	1.217.677.767,70	13,74%
2011	6.569.654.836,12	3.439.715.232,23	10.009.370.068,35	1.629.306.048,00	16,28%
2012	7.192.927.502,40	3.776.991.791,68	10.969.919.294,08	1.766.194.195,97	16,10%
2013	8.003.291.680,65	4.262.491.117,03	12.265.782.797,68	2.121.065.308,86	17,29%

2) Educação Pública

Assim como a saúde, a educação também é prioridade do atual Governo. Mas a educação, nos termos da Constituição Federal, além de ser um direito de todos, é dever do Estado e da família e tem de ser "promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Por isso, não hesitamos em elaborar a lei da gestão democrática na escola pública, pois queremos que toda a comunidade escolar (professores, auxiliares do ensino, alunos, pais e amigos da escola) participe do projeto político-pedagógico de cada unidade escolar e se sinta copartícipe das definições que as escolas implementam em sala de aula.

Em 2013, ampliando o espaço de participação da comunidade escolar, a gestão democrática foi fortalecida em todas as unidades de ensino da rede pública. Foram eleitos novos diretores e vice-diretores e novos membros dos Conselhos Escolares. O processo envolveu mais de 260 mil pessoas da comunidade escolar.

Também entendemos que as políticas públicas educacionais têm como princípio básico a educação como um direito essencial à dignidade da pessoa humana, consagrado no art. 205 da Constituição Federal. E a implementação dos direitos sociais, hoje alçados à categoria de direitos fundamentais, mais que um dever do Estado é um dever da cidadania.

Cabe, porém, ao Governo, além de buscar a melhoria pela qualidade do ensino, criar as condições necessárias para que os alunos tenham garantido o seu ingresso na rede escolar do ensino público.

Na expansão da rede física, necessária para atender às demandas advindas do crescimento populacional, cumpre destacar:

a) construção de 6 novos Centros de Educação Integrada (CEI) destinados ao atendimento, em tempo integral, de criança com idade entre 4 e 5 anos;

b) reforma e ampliação de unidades escolares que passaram a ser também CEIs, nas Regiões Administrativas de Planaltina, Samambaia, São Sebastião, Brazlândia, Riacho Fundo I, Estrutural, Gama, Taguatinga, Ceilândia e Cruzeiro;

c) reconstrução de 7 unidades escolares: Escola Classe (EC) 19 de Taguatinga, EC 108 e EC 121 de Samambaia, EC 401 do Recanto das Emas, EC



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

203 de Santa Maria, Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga (CILT) e Centro de Ensino Fundamental (CEF) 17 de Ceilândia;

- d) cobertura de 24 quadras esportivas de unidades escolares;
- e) elaboração de processo licitatório para construção de 4 novas escolas técnicas, em parceria com o Ministério da Educação, via Programa *Brasil Profissionalizado*;
- f) em construção 43 novos Centros de Educação de Primeira Infância (CEPI)/Creche, em parceria com o Ministério da Educação, além de mais 69 em fase de licitação, contratação ou confecção de projetos;
- g) expansão do atendimento das Escolas-Parques para toda a rede pública de ensino, por meio da construção, em parceria com o Ministério da Educação, de mais 5 Escolas-Parques em Regiões Administrativas distintas, o que retoma, em certa medida, a concepção das Escolas-Parques idealizadas por Anísio Teixeira, mas que ficou restrita a 5 delas no Plano Piloto;
- h) projetos para construção, como legado da *Copa 2014*, de 10 Escolas da Copa, cuja edificação reaproveitará duas mil toneladas de estruturas metálicas usadas temporariamente na construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, com economia de 40% de recursos em cada escola.

Além do ganho econômico, as Escolas da Copa propiciarão ao Governo condições de se adiantar ao Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita no Congresso Nacional e prevê que metade das escolas públicas do País amplie sua jornada diária para no mínimo sete horas, até 2020. O objetivo principal do projeto Escolas da Copa é ampliar a capacidade de atendimento para consolidar definitivamente a educação integral em todo o DF.

Para a melhoria da qualidade do ensino, o Governo do Distrito Federal registra:

- a) expansão da oferta de educação em tempo integral, passando de 13,5 mil alunos atendidos em 2012 para 36 mil em 2013;
- b) ampliação de vagas na rede pública de ensino, com crescimento do número de matrículas de 8,1% a 10,07%, conforme a etapa/modalidade de atendimento da educação básica;
- c) valorização dos profissionais da educação, com a reestruturação da Carreira Magistério Público (Lei 5.105/2013) e da Carreira Assistência à Educação (Lei 5.106/2013);
- d) distribuição de 1.851 *tablets* para professores do ensino médio a fim de auxiliá-los em suas atividades pedagógicas;
- e) desenvolvimento e ampliação de políticas públicas destinadas à formação e à valorização dos profissionais da educação, com investimentos na formação dos profissionais recém-contratados para atuação docente, técnica ou de gestão; ampliação da oferta de cursos de formação continuada e do número de afastamento para estudo; e concessão do auxílio-saúde a esses profissionais;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

f) implementação, em 2014, na Região Administrativa de Brazlândia, do Programa Pedagógico *Cidade Escola Candanga: Educação Integral*, cujo objetivo inicial é ofertar educação em tempo integral em todas as unidades escolares da rede pública de ensino dessa cidade;

g) reavaliação e ajustes da proposta de organização escolar em *Ciclos para as Aprendizagens*, destinadas à educação infantil e ao ensino fundamental, e de organização do tempo escolar em *Semestralidade* para o ensino médio, que passou por avaliações e ajustes, resultando no desmembramento dos projetos que foram novamente apresentados a toda sociedade do Distrito Federal e a várias instituições;

h) lançamento, na abertura oficial do ano letivo de 2014, do *Currículo em Movimento* da rede pública de ensino do Distrito Federal, documento fruto de debates, escrituração e validação de diversas instâncias educacionais ao longo de 3 anos;

i) implementação do programa *DF Alfabetizado* (Lei 5.134/2013), que já alfabetizou quase 8 mil pessoas, tornando o Distrito Federal bem próximo de tornar-se território livre do analfabetismo, título conferido pela UNESCO às unidades federativas que ultrapassem o índice de 96% de alfabetização;

j) adesão a diversos programas federais destinados à educação, como o *Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)* do Ministério da Educação (MEC), via *Programa Bolsa-Formação*, iniciado no ano de 2011 com a forte parceria da Secretaria de Estado de Educação. No período de 2011 a 2013, a SEDF atuou como *Parceira Demandante*, responsável pela indicação dos estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino para as vagas de cursos técnicos de nível médio no Sistema S e no IFB. Em 2013, devido à forte atuação dessa rede pública de ensino, o MEC autorizou que a SEDF passasse a ser também *Parceira Ofertante*, cuja função é ofertar cursos Técnicos de Nível Médio e cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs) aos demais *Parceiros Demandantes* no Distrito Federal. Ao longo desse período, foram disponibilizadas mais de 10 mil vagas para os estudantes da SEDF cursarem, gratuitamente e com auxílio estudantil, diversos cursos de educação profissional. No primeiro semestre de 2014, a o GDF, atuando como *Parceira Ofertante*, disponibilizará 9,5 mil vagas de cursos Técnicos de Nível Médio e cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs) aos demais *Parceiros Demandantes*.

As ações na área de educação, por serem compreendidas não apenas como a base da democracia, mas como fator de justiça social, destinam-se também a dar suporte à permanência na escola dos estudantes das classes sociais historicamente menos favorecidas. Entre as ações desenvolvidas para isso, destacam-se:

a) o programa *Cartão Material Escolar*, que beneficiou mais de 56 mil estudantes da rede pública de ensino, cujas famílias, inscritas no programa *Bolsa Família*, puderam adquirir seu material escolar diretamente nas livrarias e papelarias;

b) o programa *Transporte Escolar*, que garantiu o transporte de 39 mil estudantes da rede pública de ensino;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

c) implementação de diversos outros programas destinados a facilitar o dia a dia dos estudantes na escola, como o programa *Caminho da Escola*, que entregou 106 ônibus escolares em todo o DF, dos quais 32 são destinados a estudantes com necessidades especiais e 74 a unidades da educação integral;

d) entrega de 1,3 mil bicicletas a estudantes do ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental que residem a uma distância de até 7 km de suas escolas;

e) doação do uniforme escolar, que está sendo confeccionado pela *Fábrica Social*;

f) melhoria na qualidade nutricional do *Programa de Alimentação Escolar* (PAE), que tem a função de suplementar a educação, inclusive com a promoção de ações de educação alimentar no âmbito das unidades de ensino da rede pública, via *Projeto Educando com a Horta Escolar*. Esse programa oferece até 5 refeições diárias aos estudantes da rede cuja unidade escolar se encontre em área de vulnerabilidade social, ou pertença ao programa de escola em tempo integral. Destaca-se também que, em 2013, cerca de R\$ 10 milhões foram contratados junto à agricultura familiar;

g) implementação do programa *Brasília sem Fronteiras*, que proporciona bolsas de estudo nos Estados Unidos e na Europa, em instituições de educação de referência mundial, a 126 estudantes do Centro Interescolar de Línguas (CIL) e 64 servidores do GDF;

h) reabertura de 200 laboratórios de informática nas unidades escolares, o que eleva para 545 unidades públicas de ensino no DF com laboratórios em funcionamento, além da extensão a 200 escolas da *Rede Integrada de Conectividade Governamental*, via conexão em banda larga, e da implantação de um sistema *web* de gestão educacional denominado *I-Educar*, destinado a dar maior transparência, agilidade e confiabilidade a todo processo de gestão das informações escolares.

Além disso, merece registro:

a) a criação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB (Lei Nº 5.141/2013), com a finalidade de ministrar educação superior, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária, promovendo sua inserção regional mediante atuação *multicampi* e multiespacial. Os esforços do Governo são para que as primeiras turmas tenham a seleção pública realizada ainda neste 1º semestre de 2014;

b) recomposição do *Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF)*, com representatividade de todas as entidades envolvidas com a área de educação, inclusive com representantes dos trabalhadores em educação e dos estudantes;

c) o Distrito Federal como sede da segunda edição da *Conferência Nacional de Educação (CONAE)* no período de 17 a 21 de fevereiro de 2014. O tema central dessa edição será o *Plano Nacional de Educação (PNE) na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Colaboração. Essa edição, conforme declarado em seu próprio Documento Referência, "será um momento especial na história das políticas públicas do setor, constituindo-se em espaço de deliberação e participação coletiva, envolvendo diferentes segmentos, setores e profissionais interessados na construção de políticas de Estado". Por conseguinte, no ano de 2014, o Distrito Federal é considerado a Capital da Educação.

3) Segurança Pública

A segurança pública é um serviço prestado pelo Governo cuja melhoria precisa do envolvimento de toda a sociedade em atuação conjunta com os órgãos públicos diretamente responsáveis por esses serviços.

No Distrito Federal, cabe à Secretaria de Estado de Segurança Pública planejar, coordenar, supervisionar, racionalizar, otimizar e integrar o emprego operacional da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militares e Departamento de Trânsito, concretizando o dever estatal de promover ações para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e privado, bem como ações para preservação do ordenamento e da segurança do tráfego de pessoas e veículos.

Para aprimorar esses serviços, deste 2012, está em execução o programa *Ação pela Vida*, que sintetiza os esforços do atual governo na busca de melhores resultados nessa área. Criado pelo Decreto nº 33.882, de 29/8/2012, o programa conta com a participação especial de outros órgãos públicos, entidades privadas e, principalmente, da comunidade brasiliense, por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Os resultados desse esforço já aparecem em 2013, cujos índices apresentam sensível melhora em relação aos anos anteriores, o que demonstra o acerto do programa, aliado com a dedicação e profissionalismo dos servidores da segurança pública.

Em 2013, ocorreram vários eventos no Distrito Federal, inclusive manifestações populares bastante expressivas, sem registro de qualquer incidente grave.

Nos demais dados relevantes sobre segurança pública, percebe-se redução de ocorrências no ano de 2013, embora o ideal fosse não haver violência alguma:

- a) queda de 12,5% no número de homicídios em comparação com o ano de 2012 (693 homicídios em 2013 e 792 em 2012);
- b) queda de 6,5% nas tentativas de homicídio (1.151 ocorrências em 2013, e 1.233 em 2012);
- c) retiradas duas mil armas de circulação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

d) aumento de 16,7% no número de veículos recuperados (5.848 em 2012; 6.825 em 2013);

e) aumento no enfrentamento ao tráfico de drogas em 9,7% (de 1.922 casos em 2012 para 2.108 casos em 2013);

f) aumento de 23% na apreensão de drogas ilícitas;

g) queda de 39,5% nos casos de latrocínio (26 casos em 2013 e 43 em 2012);

h) redução de 23,8% no roubo com restrição de liberdade (540 casos em 2013 e 709 em 2012);

i) redução de 44,4% nos casos de sequestro-relâmpago (9 casos em 2012 e 5 em 2013);

j) 17.164 pessoas presas em flagrante em 2013 (média de 47 flagrantes por dia);

k) aumento de 31% nas prisões por mandado judicial;

l) aumento de flagrantes pela prática de ato infracional envolvendo crianças e adolescentes: 24,0% na DCA I (Plano Piloto) e 79,6% na DCA II (Taguatinga);

m) redução de 12,83% nos incêndios florestais;

n) redução de 9,03% nos incêndios urbanos;

o) redução de 10,1% no número de vítimas mortas nas vias do Distrito Federal (2013: 375 mortes em acidentes de trânsito; 2012: 417 mortes);

p) redução para 2,5 mortos por 10 mil veículos. Para a ONU, o índice tolerável é de até três mortes a cada 10 mil veículos. O ideal para nós é não ter morte no trânsito;

q) redução no número de acidentes fatais envolvendo ciclistas, graças à implementação da malha de ciclovias;

r) redução significativa em atropelamentos com morte ocorridos em faixas de pedestre: 1 registro em 2013, tendo sido 8 no ano anterior;

s) autuação de 161.643 infrações de trânsito e 1.779 autuações por embriaguez ao volante;

t) autuação de 1.590 motoristas dirigindo sem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e 39.343 condutores dirigindo sem cinto de segurança;

u) retirados de circulação 4.682 carros por falta de licenciamento;

v) ampliação para 21.923 operações de trânsito (em 2012, foram 19.737).

Também merece registro:

a) implementação preliminar e teste do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) para o desenvolvimento de ações integradas entre os



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos, durante os grandes eventos, com pleno êxito na Copa das Confederações e no desfile cívico de 7 de setembro;

b) aquisição de 835 câmeras de videomonitoramento com alto padrão tecnológico (com funções de identificação de placas de veículos à distância e contagem de pessoas e sensor térmico), para controle e vigilância dos espaços públicos, com previsão de término da instalação até o final de maio de 2014;

c) implantação de bases comunitárias móveis pela PMDF como mecanismo de dinamização do emprego do policiamento ostensivo de acordo com os critérios de análise criminal em locais que demandem maior atenção em decorrência do fluxo de pessoas e manchas criminais;

d) aquisição pelo CBMDF de 30 viaturas de combate a incêndio, 25 viaturas de combate a incêndio florestal, 5 escadas mecânicas e 22 viaturas de uso misto;

e) aquisição de 413 viaturas pela PMDF e diversos tipos de equipamentos de proteção individual para os policiais;

f) inauguração do novo edifício-sede da Polícia Civil, do Prédio do Centro Tecnológico e da 5ª DP, além de estarem em construção o Instituto de Criminalística, a Delegacia da Criança e do Adolescente II, a 16ª DP, a 15ª DP, a 38ª DP e o Complexo Regional Norte;

g) disponibilização do Curso de Tecnólogo em segurança pública ao efetivo do CBMDF, com ênfase em Defesa Civil: 1.000 bombeiros matriculados em 2013;

h) eleição dos novos membros dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG). Cuida-se de sólida relação entre a comunidade e o Governo, buscando a mobilização de todos os segmentos estatais e sociais com o objetivo de identificar, planejar e avaliar as soluções possíveis para os problemas de segurança pública;

i) atuação em vários programas para diminuir os riscos de violência (Esporte à Meia-Noite, Picasso não Pichava, Companhia de Teatro Pátria Amada, Segurança com Cidadania e Intervalo Cultural) com 352 eventos realizados e 165 mil pessoas atendidas;

j) unificação dos procedimentos policiais com a elaboração do Manual de Procedimento Operacional Padrão;

k) contratação de novos servidores (200 agentes de trânsito; 573 bombeiros militares; 50 peritos criminais e 23 agentes de atividades complementares de segurança pública);

l) criação de 3.029 cargos nas carreiras da Polícia Civil, com previsão de contratação de vários novos servidores em 2014;

m) aumento no treinamento e capacitação dos servidores;

n) promoção da ascensão funcional de 2.484 integrantes dos quadros da Polícia Militar.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Como se vê, seguindo a tendência moderna, a estratégia atual do Governo está centrada em uma atuação preventiva e em uma repressão qualificada. Essa concepção abrange ainda a seleção, formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores, aliados à diversificação na aquisição de equipamentos ou instrumentos, desenvolvimento de serviços e construção de novas instalações, entre outras medidas.

Na área penitenciária, estamos ampliando o número de vagas disponíveis, a fim de evitarmos as condições desumanas da superlotação dos presídios. O Centro de Progressão Penitenciária deve ter 600 novas vagas; o Presídio Feminino e o Centro de Detenção Provisória, mais 400 vagas em cada unidade. Também estamos buscando as condições para construir novos Centros de Detenção Provisória com cerca de 3.200 novas vagas.

Essas breves considerações sobre a segurança pública revelam a esperança de estar construindo um futuro melhor para a comunidade do Distrito Federal, reiterando os nossos compromissos de respeitar e defender a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa humana, valorizar o profissional de segurança pública, propiciar o integral e pronto atendimento às necessidades da população em qualquer ponto do DF, assegurar o acesso de todos os segmentos da sociedade aos serviços de segurança pública, garantir eficácia às medidas de prevenção como fator de diminuição de riscos ou dissuasão aos intentos de delinquir, direcionar a convergência dos recursos disponíveis para os interesses maiores da sociedade, empregar métodos científicos e tecnologias avançadas, visando à excelência na prestação de serviços e contribuir, enfim, para melhorar a qualidade de vida no Distrito Federal.

No início deste ano, porém, algumas ocorrências da área da segurança pública ganharam ampla repercussão nos meios de comunicação, associando-as a movimentos reivindicatórios de policiais e bombeiros militares. Tomamos várias providências para coibir as práticas abusivas de alguns poucos e, ao mesmo tempo, intensificamos a presença da PM nas ruas, pois entendemos que o policiamento ostensivo é condição necessária para inibir a ação de criminosos e dar à população o sentimento de estar protegida.

Respeitamos as reivindicações de todas as categorias de servidores do Distrito Federal. E com os policiais e bombeiros militares não é diferente. O Governo sempre teve diálogo com os representantes das várias associações e concedeu melhorias na remuneração. Continuamos dispostos a alcançar novos avanços, mas nesse tema dependemos sobremaneira do Governo Federal.

A vida das pessoas, no entanto, está acima de todos nós. E com a vida não se transige.

Setor Protocolo Legislativo
PROC Nº 52 / 2014
Folha Nº 16-ef



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

4) Cultura, Esporte e Lazer

A cultura, o esporte e o lazer são imprescindíveis para se ter qualidade de vida, pois o bem-estar das pessoas reflete na sua saúde, no seu aprendizado, na sua convivência familiar, social e profissional.

Na cultura, além de resgatar a credibilidade do segmento, o atual Governo tem trabalhado para elevar os investimentos, propiciando recursos para as manifestações artísticas locais e para a recuperação dos espaços culturais de nossas cidades.

Entre as iniciativas de recuperação dos espaços culturais, destaco as reformas e revitalização do Cine Brasília, do Planetário, da Galeria Athos Bulcão, do Museu de Artes de Brasília, da Concha Acústica e da Casa do Cantador.

Na área de fomento, elaboramos um novo regulamento para o Fundo de Apoio à Cultura (Decreto 34.785/2013) e fizemos ajustes na Secretaria de Estado da Cultura, a fim de melhor atender ao segmento cultural do Distrito Federal. Nestes três primeiros anos de Governo, já aplicamos no FAC mais do que o dobro de recursos aplicados no período de 2007 a 2010.

Também pretendemos dar nova dinâmica ao Museu da República, com a cessão de uso para a União, conforme Lei 5.293, de 24/1/2014.

Vamos ainda assumir despesas com manutenção e conservação de importantes espaços culturais de nossas cidades, a fim de preservarmos partes importantes de nossa história (Lei 5.290/2014). Estão previstas subvenções sociais para o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, o Espaço Lúcio Costa em Brasília, o Espaço Oscar Niemeyer em Brasília, o Espaço Israel Pinheiro, o Memorial da Liberdade Presidente João Goulart, o espaço Museu dos Ex-Combatentes do Brasil e o espaço Museu Casa da Fazenda Gama.

Nos esportes, foi inaugurado o novo Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha e a primeira etapa de revitalização do Estádio Nilson Nelson, além da reforma e melhoria de diversos outros espaços esportivos.

Além dos investimentos, o atual Governo continua dando apoio direto aos eventos de diversas modalidades, por meio de diferentes programas, como o *Boleiros*, para incentivar o esporte amador; o *Compete Brasília*, para incentivar atletas de alto rendimento; o *Bolsa-Atleta*, que garante recursos para manutenção pessoal do atleta; e os centros olímpicos, que oferecem, prioritariamente, às crianças e adolescentes alternativa diferente de vida usando atividades sociorrecreativas esportivas e de lazer.

Ampliamos o programa *Bolsa-Atleta* para também incluirmos nele as pessoas com deficiência que estejam em atividade esportiva (Lei 5.279/2013).

Inauguramos os centros olímpicos de Ceilândia e Sobradinho e pretendemos inaugurar ainda este ano o de Planaltina.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Brasília, com a inauguração do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, também foi inserida na rota de grandes eventos, não só esportivos como também culturais. Tivemos a oportunidade ímpar de abrir aqui a Copa das Confederações, em que nossa seleção ganhou do Japão por 3 X 0 e, no final da competição, foi campeã contra a Espanha. Tivemos também a oportunidade de trazer para a Capital da República vários jogos de futebol, o que movimentou sobremaneira a cidade e demonstrou o quanto Brasília precisa de eventos esportivos. O resultado é que, em nosso estádio, as partidas bateram recordes de arrecadação.

Também realizamos com sucesso a Fórmula Náutica e os Jogos Mundiais Escolares (Gymnasiade 2013).

5) Ordenamento, Ocupação do Solo, Meio Ambiente e Habitação

Conforme assinalai na Mensagem que enviei a essa Casa na abertura dos trabalhos de 2013, a habitação e a regularização fundiária de nossas cidades e dos imóveis de seus moradores são também os grandes desafios do atual Governo, que, em parceria com essa Casa, vem lançando as bases jurídicas necessárias à implementação de medidas capazes de levar dignidade às pessoas.

Por isso, temos trabalhado arduamente não só na implementação de medidas que possibilitem acesso à moradia própria, mas também para regularização e escrituração dos imóveis existentes, especialmente porque é inconcebível que, na Capital da República, haja cidades inteiras sem registro imobiliário.

Do ponto de vista do ordenamento jurídico, foram elaboradas leis, com a aprovação dessa Casa, para viabilizar os trabalhos de regularização e melhoria da situação dos imóveis do Distrito Federal. Merecem lembrança:

a) Emenda à Lei Orgânica 70, de 2013, que simplifica os procedimentos para alienação, aforamento, comodato ou cessão de uso dos imóveis do Distrito Federal;

b) Lei Complementar nº 873, de 2/12/2013, que, ao alterar a LC 806/2009, possibilita a regularização dos imóveis das entidades religiosas e dos povos e comunidades tradicionais;

c) Lei Complementar nº 875, de 24/12/2013, que *dispõe sobre o desdobro de unidades imobiliárias compartilhadas integrantes da Política Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal nas regiões administrativas que especifica e dá outras providências*;

d) Lei nº 5.022, de 4/2/2013, que *dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV e dá outras providências*;

e) Lei nº 5.135, de 12 de julho de 2013, *dispõe sobre alienação de imóveis na Vila Planalto e dá outras providências*;

f) Lei nº 5.167, de 12/9/2013, que autorizou o Poder Executivo a contratar empréstimo de R\$ 500 milhões junto à Caixa Econômica Federal para obras de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

urbanização para o Setor Habitacional Vicente Pires, parte do Setor Habitacional Arniqueira, Setor Habitacional Porto Rico e Setor Habitacional Buritizinho;

g) Lei 5.197, de 9/10/2013, que *dispõe sobre a alienação de bens imóveis do Distrito Federal no âmbito da Política Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal e dá outras providências*;

h) Lei nº 5.280, de 24 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas ou de atividades sem fins lucrativos e dá outras providências*.

Para alcançarmos as metas traçadas para o quadriênio de nosso Governo, lançamos o *Programa Morar Bem*, encarregado de construir e financiar a moradia própria, com os subsídios do *Programa Minha Casa Minha Vida* do Governo Federal. Os apartamentos e casas financiados estão sendo construídos em áreas do GDF, formando novos bairros que contarão com infraestrutura completa. Com essa iniciativa, pretendemos atingir todas as faixas sociais, em sua demanda por moradia, privilegiando a habitação de interesse social.

Para participar do *Programa Morar Bem*, é preciso estar inscrito no Novo Cadastro da Habitação. Com o cadastramento ou recadastramento efetuado no ano de 2013, 174,4 mil candidatos foram inscritos, dos quais 133 mil na Relação de Inscrições Individuais (RII) e outros 41,4 mil, inscritos por Entidade (RIE). Desse total, 80,8 mil candidatos já estão habilitados no programa, isto é, estão prontos para formalizar a aquisição da sua casa própria.

Para atingirmos nossas metas, além do que já foi entregue, encontram-se lançados e com obras em andamentos mais de 65 mil unidades habitacionais. Para 2014, devem ser contratadas mais 16,5 mil novas unidades.

No que se refere à regularização, foi lançado o Programa *Regularizou, É Seu!*, que abrange condomínios, cidades, terrenos de templos e entidades de assistência social, terras rurais, além da entrega de escrituras para quem já mora em áreas regularizadas e que ainda não possui o documento definitivo do seu imóvel.

As ações de regularização regem-se pela Lei nº 4.996, de 19/12/2012, marco legal para habitação social no Distrito Federal, regulamentada pelo Decreto nº 34.210, de 14/3/2013, tendo como público-alvo mais de 122 mil famílias.

Há também os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em ARIS: becos do Gama; Porto Rico em Santa Maria; Arapoangas e Mestre D'Armas em Planaltina; Sol Nascente, Pôr do Sol, QNP 22 e 24, QNR 2, 3, 4 e 5 e becos da Ceilândia; Setor Habitacional Primavera em Taguatinga; Vila Basevi, Mansões Sobradinho, ARIS Buritis, Pontas de Quadra em Sobradinho II; DNOCs em Sobradinho I; Água Quente no Recanto das Emas; toda a cidade do Itapoã, Paranoá, Varjão, Riacho Fundo II e Estrutural; Núcleo Urbano de São Sebastião; Setor Habitacional do Torto e Vila Telebrasilândia em Brasília; becos e Vila São José em Brazlândia; Vila Cahuy, QE 44 II e QE 56 a 64 no Guarã; e Setor Leste e Oeste em Planaltina.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

O programa *Mutirão das Escrituras* já viabilizou o envio de 18.426 escrituras ao cartório em 2013, a fim de colher assinatura dos proprietários. Para o ano de 2014, temos a expectativa de continuar o programa de regularização, onde realizaremos ações para mais de 15 mil imóveis.

Também temos especial preocupação com a preservação da Capital, que vem desde a Lei federal nº 3.751/1960 (organização administrativa do Distrito Federal) e ganhou relevo após o reconhecimento da UNESCO de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.

Brasília não é desde Governo. É de todos os que aqui habitamos e de todos os demais brasileiros. Por isso, é de suma importância o debate que se tem estabelecido nas definições do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico (PPCUB), cujo Projeto, em tramitação nessa Casa, consolida, sistematiza e revê toda a legislação urbanística, com propostas para o desenvolvimento sustentável do sítio urbano tombado. Nesse debate, as paixões precisam ser colocadas de lado para que a razão se sobreponha e possa criar as condições necessárias para a elaboração de uma lei capaz de atender aos múltiplos interesses de nossa população.

Merece também especial atenção o Projeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, instrumento legal que deve regular o tipo de utilização possível para os lotes urbanos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Por meio desse marco, pretende-se modernizar e simplificar uma série de normas vigentes, além de criar uma única legislação que regule o uso e a ocupação do solo em cada região administrativa.

Aberto à participação popular, nosso Governo tem ouvido a população, as instituições públicas e as organizações da sociedade civil nos mais diversos temas relacionados com o uso e ocupação do solo. Por isso, merece menção aqui a realização da 5ª Conferência Distrital das Cidades (agosto a outubro/2013), instância participativa da sociedade na elaboração dos objetivos para o desenvolvimento urbano do DF.

O lema da conferência foi “Quem faz a cidade somos nós: Reforma Urbana já!”, e seu grande legado foi a implementação de uma nova instância de gestão participativa denominada Conselho Local de Planejamento – CLP e a renovação dos membros do Conselho Gestor do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS, bem como dos representantes para o Conselho de Administração da CODHAB.

Paralelamente a essas ações, o atual Governo tem combatido de forma efetiva novas ocupações irregulares do solo. Só em 2013, foram erradicadas cerca de 13 mil ocupações irregulares, e efetuadas 38 prisões por grilagem de terra e 72 prisões por invasão de área pública.

Setor Protocolo Legislativo
Proc. Nº 52 / 2014
Folha Nº 20-49



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

6) Transporte Público e Sistema Viário

As mudanças estruturais no sistema de transporte público e no sistema viário são o grande desafio do presente. O descaso com que esse assunto foi tratado ao longo de vários anos, com soluções paliativas e pontuais, é que gerou a demora nos deslocamentos das residências para o trabalho e vice-versa.

Nessa área, são visíveis as intervenções do Governo para, de fato, melhorar o transporte público do Distrito Federal e o seu sistema viário.

As mudanças tiveram início com a aprovação do Plano Diretor de Transportes Urbanos do Distrito Federal – PDTU/DF, que redefiniram a atuação do Governo nos aspectos atinentes à infraestrutura viária e de apoio operacional aos transportes coletivos, aos veículos não motorizados e à melhoria de gestão, fundamental ao desempenho responsável da máquina governamental.

Tivemos a coragem e a determinação de efetivamente realizar a licitação completa do sistema de transportes público de passageiros e viabilizar a sua implementação. Isso se faz com inúmeras dificuldades, a começar pela resistência dos que detinham o monopólio do transporte público. Vencemos quase duzentas ações de natureza judicial, fiscal ou administrativa para conseguirmos declarar as novas empresas vencedoras e passar a elas o objeto licitado.

Houve casos em que, para viabilizar a troca dos ônibus, tivemos de assumir a direção de empresas, a fim de não deixar que suas práticas inviabilizassem o transporte da Capital da República.

Mas temos a satisfação de ter entregue à população mais de 1.650 ônibus absolutamente novos e, ainda no início deste semestre, entregaremos o restante para, em seguida, interferimos na operacionalização do sistema, modernizando-o por completo.

No tema de transportes coletivos, também fizemos intervenções viárias para corredores de ônibus em faixas exclusivas, o que reduz o tempo de viagem dos que usam esse meio de transporte. É a prova de que priorizamos a coletividade.

Ainda no início do primeiro semestre de 2014, entregaremos à população as obras do Eixo Sul, colocando em funcionamento o veículo leve sobre pneus, o que amplia e moderniza o sistema de transporte público de passageiros para a integração de Gama e Santa Maria com o Plano Piloto.

Também já se encontra contratado pelo Governo o projeto executivo de engenharia e de EIA/RIMA do Corredor Norte, que irá interligar Planaltina e Sobradilho ao Plano Piloto e resultará em sensível melhora não só no sistema de transporte coletivo como também na fluidez do trânsito, já que a população dessas localidades terá a opção de deixar seu automóvel em casa e passar a usar um transporte público moderno e eficiente.

O terceiro projeto estruturante do transporte público – o eixo Sudoeste –, que ligará Samambaia, Santa Maria, Taguatinga e Núcleo Bandeirante ao Plano Piloto

Setor Protocolo Legislativo
Proc. Nº 52 / 2014
Folha Nº 21-uf



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

também já tem contratado pelo GDF o seu projeto executivo de engenharia e o EIA/RIMA.

No eixo Oeste, que prevê a ligação da Asa Sul e da Zona Central de Brasília às Regiões Administrativas do Guará, Águas Claras, Taguatinga e Ceilândia, será complementado com obras nas Estradas Parque Indústrias Gráficas (EPIG), Setor Policial Militar (ESPM) e nas Avenidas Hélio Prates, Samdu e Comercial, além do grande Túnel Rodoviário da Avenida Central de Taguatinga.

No eixo Oeste, encontram-se avançados os projetos das obras complementares. Já estão concluídos os projetos executivos para as vias como a Hélio Prates, Comercial e SAMDU (Taguatinga). E já está pronto o projeto básico para o túnel da Avenida Central de Taguatinga.

Nesse eixo Oeste, o Distrito Federal foi selecionado no programa federal PAC 2 – *Mobilidade de Grandes Cidades*, com recursos no valor de R\$ 666 milhões para execução das obras complementares do Corredor Oeste. O investimento total será da ordem de R\$ 726 milhões. As licitações ocorrerão ainda em 2014.

Para melhorarmos a comodidade de passageiros, motoristas e cobradores, estão sendo reformados os terminais de ônibus em Ceilândia, Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina e Cruzeiro. Também devemos iniciar em breve a construção de novos terminais no Gama, Ceilândia, Sobradinho II e Riacho Fundo II.

A expansão e a modernização do Metrô, também contempladas no PAC – Mobilidade Grandes Cidades, é outro exemplo dos investimentos que o Distrito Federal vem fazendo para mudar o transporte urbano de nossas cidades e melhorar as condições de mobilidade de nossa população. Para isso, já estão contratados os projetos básico e executivo de extensão de 7 quilômetros de linhas nas localidades de Samambaia, Ceilândia e Asa Norte.

Merecem especial menção nesta Mensagem os pesados investimentos que estão sendo feitos na estruturação de malha cicloviária. Ainda no início deste ano, chegaremos aos 400 km de ciclovias, o que coloca nossa cidade na vanguarda dessa modalidade de transporte. Com a opção pela bicicleta e a criação de uma cultura de seu uso, deve haver redução no tráfego de veículos, diminuição da poluição e melhoria da qualidade de vida.

Além dessa estrutura física, o Governo pretende implantar bicicletários em diversos pontos das cidades e promover licitação para aluguel de bicicletas.

No serviço de táxi, além da nova lei aprovada por essa Casa no final de 2013, temos trabalhado na oferta de cursos de capacitação e ampliação do número de vagas, especialmente no Aeroporto Internacional de Brasília.

No sistema viário, além das obras dos Eixos Sul, Norte, Sudoeste e Oeste, estão sendo feitas inúmeras outras intervenções, entre as quais:

Setor Protocolo Legislativo
PROC. Nº 52 / 2014
Folha Nº 22-48



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- a) ampliação da capacidade viária da DF-047, que liga o Aeroporto Internacional de Brasília ao Eixo Rodoviário;
- b) implantação de novos acessos do Eixo Rodoviário para as entrequadras do Plano Piloto (agulhinhas);
- c) retomada da construção do viaduto na W-3 Sul;
- d) tratativas para implantação do anel viário, com vista a desafogar das vias urbanas o tráfego pesado de caminhões;
- e) construção de passarelas;
- f) implantação do viaduto Engenho das Lages;
- g) pavimentação do acesso à Vila Basevi e da DF-230;
- h) duplicação na DF-451, entroncamento da BR-070 com a VC-561;
- i) restauração da DF-280, trecho entre a divisa com Goiás e seu entroncamento com a BR-060.

No sistema viário, há de se fazer referência à parte sobre o programa *Asfalto Novo*, que está trocando o asfalto velho e todo remendado por uma camada de asfalto absolutamente nova, o que vai diminuir significativamente as demandas das operações tapa-buracos, tão frequentes especialmente nos períodos chuvosos, e – o que mais importante – melhorar a dirigibilidade para os motoristas.

A execução do programa *Asfalto Novo*, dividido em três etapas, está assim: 90% da primeira etapa já foram executados; a 2ª etapa está em obras; e a 3ª está em fase de licitação.

No Plano Piloto, esse programa já foi executado nas principais vias e em boa parte das vias das entrequadras.

Para 2014, conforme já aprovado no Orçamento do Distrito Federal, temos um conjunto significativo de outras obras, muitas das quais serão entregues neste ano ou serão nele iniciadas.

7) Obras, Infraestrutura e Investimentos

Quando avaliamos o desempenho do nosso Governo relativo ao tema infraestrutura, obras e investimentos, constatamos a superação do conjunto de dificuldades que herdamos. Nos primeiros momentos do Governo, tivemos trabalho hercúleo para pôr “ordem na casa”. Sem organização e sem planejamento, não se chega a bom lugar.

Por isso, trabalhamos efetivamente para prepararmos o conjunto de obras que já foram entregues e das que estão em execução. Os resultados de 2013 não foram fruto do acaso, mas de trabalho efetivo das diversas equipes que compõem o Governo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Nas linhas seguintes, tem-se um resumo do que está sendo feito no Distrito Federal, como resultado desse trabalho planejado, que começou a tomar forma a partir do conjunto das medidas jurídicas adotadas pelo atual Governo.

7.1) Urbanização, Manutenção e Implantação de Equipamentos Urbanos

As atividades desenvolvidas pelo atual Governo têm sido norteadas pela manutenção, conservação e recuperação das estruturas e equipamentos existentes e pela implementação de novas obras necessárias ao bem-estar da população.

Para as estruturas e equipamentos em uso, nossas atividades resultam em modernização, aprimoramento e manutenção de estruturas e equipamentos existentes, a partir de diversos monitoramentos e diagnósticos específicos.

Além da manutenção e conservação dos inúmeros equipamentos públicos, como equipamentos de lazer e de práticas esportivas, conservação de ruas, áreas verdes e monumentos públicos, estamos revitalizando centenas de equipamentos que ficaram abandonados por anos em nossas cidades.

Em outros temas desta Mensagem já fiz menção a diversas intervenções do Governo na recuperação de equipamentos existentes. Aqui registro também que foram desobstruídos, reconstruídos e implantados o equivalente a 122.419 m de rede de águas pluviais e executadas obras e manutenções em cerca de 885.510.947 m² de áreas verdes.

Na parte relativa a novos investimentos, também já fiz registro de alguns exemplos noutros tópicos desta Mensagem, mas menciono ainda as seguintes intervenções:

a) construção dos viadutos da Rua Ipê Amarelo (concluído) e das avenidas Araçá e Araucárias (em fase final de implantação), enquanto as vias das avenidas Jequitibá, Flamboyant e Jacarandá, receberam obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica, na Região Administrativa de Águas Claras;

b) duplicação da via do Setor de Clubes Esportivos Sul e execução das obras de drenagem e pavimentação no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN;

c) construção do Jardim Burle Marx, de ciclovias, calçadas e outras qualificações urbanas no entorno de paradas de ônibus em todo Eixo Monumental, que possibilitarão usos à população nunca antes experimentados, configurando uma verdadeira tomada do espaço público pela população na área central de Brasília;

d) implementação de obras de drenagem pluvial, pavimentação e urbanismo em diversos trechos, em sua maioria concluída, no Polo JK, em Santa Maria;

e) término da longa passarela em madeira no interior do Parque Vivencial, interligando Sobradinho I e II;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

f) implantação de 139 mil m² de calçadas, 31 mil metros de meios-fios e 352 mil m² de pavimentação asfáltica por intermédio da NOVACAP.

Numerosas outras atividades relevantes do nosso Governo voltadas para urbanização, manutenção e implantação de equipamentos nas diversas regiões administrativas foram feitas ou estão sendo feitas.

A paisagem urbana está sendo transformada, evidenciando expressivas ações de reconstruções e implantações de obras civis no Distrito Federal. No final do exercício de 2014, serão ainda mais notáveis os resultados dessas intervenções, e o legado de nosso Governo permitirá a continuidade inexorável das obras que a população tanto aguardava.

7.2) Água Potável e Esgotamento Sanitário

Os índices de qualidade dos serviços de água potável e esgotamento sanitário do Distrito Federal são referências nacionais. Alcançamos níveis correspondentes a 98,2% de abastecimento e 82,2% de coleta de esgotos, dos quais 100% são tratados.

Atualmente, o DF conta com 8,5 mil km de rede de abastecimento de água, com 604,5 mil ligações ativas, o que atende a cerca de 2,7 milhões de pessoas. No sistema de coleta e tratamento do esgoto, são 5,5 milhões de km, com 487,5 mil ligações ativas, atendendo a cerca de 2,29 milhões de pessoas.

Isso, porém, não significa que o Governo está satisfeito, razão por que tem atuado fortemente no sistema de água e esgoto do Distrito Federal.

Em 2013, foram implantados três empreendimentos para atender os Núcleos Rurais Rajadinha I, II e III, em Planaltina, Núcleo Rural Samambaia e no Paranoá (Posto de Saúde Rural do Café Sem Troco), que exigiram recursos da ordem de R\$ 7 milhões.

Foram modernizados os sistemas de abastecimento dos Núcleos Rurais Catingueiro, Boa Vista, São José, Sítio Novo, Sarandi, Taquari, Taquara e Projeto de Assentamento Fazenda Larga. Outros onze sistemas foram construídos em escolas rurais da rede pública.

Essas iniciativas estão inseridas no movimento de universalização de abastecimento de água potável no Distrito Federal, para que possamos atingir níveis inigualáveis no Brasil.

No exercício de 2014, continuaremos a execução das iniciativas para implantação de novos sistemas produtores de água, posto que os atuais mananciais estão próximos dos limites de produção.

Para atendimento das novas demandas, não bastam as implantações dos novos sistemas produtores. São necessárias as estruturas complementares (adutoras, elevatórias e reservatórios), para possibilitar a condução da água adicional



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

até onde a população necessita. Atenção especial será destinada às Regiões Administrativas de Santa Maria, Gama, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina, enquanto outros centros urbanos que sofreram sensíveis adensamentos populacionais no passado recente exigirão ampliações dos sistemas de distribuição em operação, como são os casos de Samambaia, Cruzeiro e Guará.

Por outro lado, os diversos setores em processo de regularização urbana localizados em áreas rurais do Distrito Federal merecerão especial atenção, uma vez que os atuais sistemas de abastecimento reclamam complementações. São mais evidentes os casos localizados em Sobradinho, Planaltina, Santa Maria e Gama.

Os sistemas de coleta e de tratamento de esgotos são a outra face indissociável do abastecimento de água potável, compondo nossas responsabilidades com o saneamento básico. Nesse sentido, algumas localidades não dispõem de sistemas complexos de esgotamento sanitário, sejam em localidades regulares ou em fase de regularização.

Os casos particulares das áreas de interesse social inserem-se, da mesma forma, no bojo de nosso foco de atenção, onde se destacam as intervenções inadiáveis nos Setores Sol Nascente e Pôr do Sol, em Ceilândia, além de outras áreas com as mesmas características em Samambaia, Sobradinho e São Sebastião. Estamos envidando redobrados esforços para avançarmos em nossas metas com relação ao esgotamento sanitário.

Enfatizamos que nosso Governo continuará empenhado para que a plena universalização do saneamento básico seja alcançada no Distrito Federal.

7.3) Energia e Iluminação Pública

O trabalho, no setor de energia e iluminação pública, tem sido incansável e, praticamente, estamos concluindo a recuperação da rede de distribuição de energia do Distrito Federal, abandonado em anos anteriores. Os números positivos já alcançados comprovam que estamos tomando as medidas necessárias para revitalizar e expandir a rede elétrica.

A título de exemplo, na Região Administrativa de Águas Claras, onde ampliamos e modernizamos a subestação e redistribuímos os circuitos, as interrupções de energia estão abaixo dos limites estabelecidos pela Agência Reguladora de Energia Elétrica – ANEEL (13 horas/ano), o que demonstra o esforço que temos empreendido para melhoria do fornecimento de energia.

Depois de mais de uma década sem investimentos na rede de distribuição, aplicamos no último triênio R\$ 493 milhões na recuperação do sistema. Neste exercício, serão investidos mais R\$ 238,6 milhões, perfazendo o total de R\$ 731,6 milhões no atual Governo.

Setor Protocolo Legislativo
PROC Nº 52 / 2014
Folha Nº 26-40



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Estamos aumentando o número de subestações: até o final de 2014, serão mais oito unidades, que se somarão às trinta e três que havia antes do início do nosso Governo.

Para exemplificar a importância disso, cito o caso da Região Administrativa de Samambaia, já com 24 anos e sem subestação própria, sobrecarregando a subestação de Ceilândia Sul que a alimentava. O problema foi resolvido com a Subestação que entregamos à população em novembro de 2013.

Outra grande obra concluída foi a Subestação do Estádio Nacional Mané Garrincha. Trata-se de uma das subestações mais modernas do mundo, construída com tecnologia de última geração. A subestação conta com trinta alimentadores: dois vão suprir energia para o Estádio e os outros vinte e oito fornecerão energia para a região central de Brasília e trechos das Asas Norte e Sul.

Por sua vez, as novas linhas de distribuição inauguradas pela CEB estão fortalecendo a nossa rede de distribuição, a fim de reduzir a frequência e a duração de falta de energia, melhorar a qualidade da energia elétrica, ampliar a carga disponível e, acima de tudo, dar mais confiabilidade a todo o sistema.

Dessa forma, estamos solucionando os problemas presentes e nos preparando para o futuro, para o desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal. A recuperação da nossa malha de energia será um grande legado do nosso Governo para a população do Distrito Federal.

Nesse tema de energia, também não nos esquecemos dos menos favorecidos economicamente. Em 2013, chegamos a 82 mil famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica, o que representa uma conta de energia mais barata e um dinheiro a mais no bolso dos trabalhadores para ajudá-los na manutenção de suas famílias.

Com a Tarifa Social de Energia Elétrica, essas famílias passaram a ter direito de participar do Programa *Cidadania com Energia*, que substitui geladeiras velhas por novas e substitui lâmpadas incandescentes por fluorescentes, mais eficientes. O programa já entregou 17 mil refrigeradores e mais de 97 mil lâmpadas para moradores das diversas Regiões Administrativas. Para 2014, a meta é substituir refrigeradores de mais 14 mil unidades consumidoras.

Pelo Programa *Cidadania com Energia*, a CEB também retira "gambiarras" e instala medidores de energia, integrando as famílias na rede de distribuição e dando a elas a conta de luz, uma das mais fortes referências sociais do cidadão: um comprovante de residência. Apenas em 2013, foram mais de quinze mil consumidores beneficiados.

Na iluminação pública, estamos ampliando sobremaneira o sistema. Ruas, avenidas, becos, quadras esportivas, campos de futebol amador estão sendo contemplados pelo Governo, que, em três anos, instalou 19 mil novos pontos e, em 2014, vai instalar mais 12 mil, a maior parte já em execução. Nessa área, já foram R\$ 65 milhões em 2013 e, para 2014, serão mais R\$ 60 milhões.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil, vamos reinaugurar a iluminação pública da área central de Brasília, modernizando a iluminação nas vias e canteiros do Eixo Monumental. Esse trabalho já está sendo realizado utilizando lâmpadas de LED (Diodos Emissores de Luz), que, além de mais econômicas e de vida útil mais prolongada, são mais eficazes, clareiam mais.

Os monumentos públicos localizados na região central de Brasília também vão receber uma iluminação de realce, que vai destacar ainda mais as obras de Oscar Niemeyer na Capital da República. O Parque da Cidade terá uma nova iluminação, garantindo lazer e mais segurança aos seus frequentadores.

O que realizamos em nosso Governo no setor energético nos últimos anos não foi pouco, e nossa orientação é no sentido da continuidade e ampliação dos projetos em curso. Haverá o momento, no futuro próximo, em que a população perceberá, de forma mais evidente, os resultados de tamanha atenção.

7.4) Obras de Grande Porte

São de suma importância todas as atividades no campo da infraestrutura desenvolvidas por nosso Governo, e a crescente eficácia dos níveis de execução das obras verificada nos últimos exercícios permite-nos afirmar que em 2014 atingiremos o ápice da nossa gestão, com resultados excelentes para toda a população.

Entre as obras classificadas como de grande porte, além de outras já mencionadas nesta Mensagem, podem ser citadas:

a) a construção do Centro Administrativo do Distrito Federal, na Região Administrativa de Taguatinga, que abrigará 15 mil servidores das unidades centrais da administração direta e indireta;

b) o aproveitamento do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV para abastecimento de água no Distrito Federal e cidades do Entorno, cujos entraves burocráticos foram superados neste Governo e cuja execução está sendo feita por meio do Programa *Saneamento para Todos*, da Caixa Econômica Federal, com investimentos da ordem de R\$ 250 milhões;

c) a produção de água do Sistema Paranoá, cujos licenciamentos e projetos serão concluídos brevemente, e o Subsistema Complementar do Córrego do Bananal, com investimentos no montante de R\$ 689 milhões;

d) criação do Programa de *Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal* (Águas do DF), com investimentos previstos de R\$ 300 milhões;

e) obras de infraestrutura de drenagem e pavimentação no Setor Habitacional Sol Nascente, na Ceilândia, cujo valor alcança, aproximadamente, R\$ 300 milhões;

f) obras de infraestrutura para Vicente Pires, Arniquireiras (Bernardo Sayão), Porto Rico e "Buritizinho".



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

No tópico das grandes obras, registro com satisfação a construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, já inaugurado, bem utilizado e alinhado com a Escala Monumental, concebida por Lúcio Costa para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País.

8) Administração Pública

Conforme já ressaltai em Mensagens anteriores, o conjunto de medidas que estamos adotando para trazer benefícios para nossa população depende de uma Administração Pública eficiente, capacitada e com servidores públicos motivados para o exercício de suas funções, além de um ordenamento jurídico adequado e capaz de dar segurança a quem pleiteia e a quem decide.

É do trabalho de nossos servidores que as políticas públicas se concretizam e que os investimentos chegam até a população. Por isso, o ano de 2013 foi histórico para os servidores públicos distritais. Todas as categorias encontraram as portas do Governo abertas ao diálogo para discutir suas reivindicações, e todas foram contempladas com melhorias salariais escalonadas ao longo de dois ou três anos, o que dá ao Governo tranquilidade para direcionar seus esforços na prestação de serviços à população.

Na área de segurança pública, custeada exclusivamente com recursos do Fundo Constitucional, o reajuste seguiu o mesmo padrão do Governo Federal (15,8%). No que depende do Governo do Distrito Federal, procedemos ajustes internos, possibilitando a ascensão funcional de vários servidores.

Tratamos com especial atenção as reivindicações dos professores. Em 2011, concedemos reajuste de 13,83% e mais R\$ 200,00 de auxílio à saúde; em 2013, concedemos reajuste que superam os 15%. Com isso, evitamos que a categoria entrasse em greve e esperamos passar alguns anos sem que haja interrupção das aulas, pois queremos professores trabalhando satisfeitos na busca de melhorar os índices da educação pública do Distrito Federal.

Para o conjunto dos servidores públicos, já havíamos implementado medidas jurídicas pioneiras para o Distrito Federal. A nossa Lei Geral dos Concursos está sendo copiada por diferentes entes da federação, e o nosso Regime Jurídico dos Servidores Públicos Distritais tem sido elogiado pela sua modernidade e pelo refinamento das normas que introduziu em nossa Capital.

Entre os muitos avanços desse regime, lembro a situação dos dirigentes sindicais, que foram excluídos da folha de pagamento do GDF em 1999 e só voltaram a ela com nosso regime jurídico. Nesse ínterim, aqueles que se dedicam à defesa de suas categorias tiveram enorme prejuízo profissional.

A reclassificação dos cargos em comissão também foi medida acertada do início deste Governo, que possibilitou a contratação de servidores com qualificação adequada para o desempenho das mais variadas tarefas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Também estamos tendo a coragem de fazer concursos públicos e contratar novos servidores para as mais variadas áreas de atuação do Governo. Já contratamos mais de 26,5 mil novos servidores e vamos continuar com essa política.

No rol de melhorias para os servidores públicos, implementamos considerável aumento no auxílio-alimentação. Quando assumi o Governo em 2011, o valor era de R\$ 198,00, dos quais até 60% tinham de ser devolvidos como contrapartida. Ainda no 1º semestre de 2011, reajustamos o valor para R\$ 304,00 (Lei 4.584/2011) e retiramos a contrapartida. Agora, desde 1º de maio de 2013 (Lei 5.108/2013), o valor do auxílio passou a ser de R\$ 373,00, mais do que o dobro do valor percebido pelo servidor antes de nosso Governo.

No que tange à previdência dos servidores públicos distritais, cujas normas principais estão previstas na própria Constituição Federal, há alguns dados que merecem registro nesta Mensagem.

O primeiro deles diz respeito ao número de aposentados e pensionistas em relação aos servidores em atividade:

Categoria	Poder Executivo	Poder Legislativo		Soma
		CLDF	TCDF	
A) Ativos	89.543	743	426	90.712
B)	Aposentados	42.445	147	42.923
	Pensionistas	10.494	90	10.603
C) Total	142.482	909	847	144.238
% de A/C	63%	82%	50%	63%
% de B/C	37%	18%	50%	37%

No que tange ao custeio das aposentadorias e pensões, desde a edição da Lei Complementar 769/2008, houve a segregação dos beneficiários em dois fundos: o financeiro e o previdenciário.

Ao fundo financeiro, estão vinculados os servidores públicos distritais admitidos por concurso público até 31/12/2006. Nesse fundo, não há reservas. Sua principal fonte de financiamento é a contribuição previdenciária devida pelos servidores públicos, aposentados e pensionistas, acrescida dos repasses do regime geral de previdência social decorrente das compensações previdenciárias.

Ambas as fontes de recursos são vinculadas e têm-se mostrado eficientes no custeio das obrigações que o Distrito Federal tem para com seus aposentados e pensionistas. A tendência, porém, é que o DF venha aumentando gradativamente a sua participação no custeio desse fundo.

Ao fundo previdenciário, também chamado de fundo de capitalização, o Distrito Federal vem fazendo reservas para garantir sustentabilidade financeira para o pagamento das obrigações futuras daqueles que ingressaram por concurso público a partir de 1º/1/2007.

Setor Protocolo Legislativo
PROC Nº 52 / 2014
Folha Nº 30-af



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Esse fundo vem se mostrando superavitário. No final de 2013, o total de ativos administrados foi de R\$ 1,65 bilhão, com superávit atuarial da ordem de 2,7 bilhões, segundo dados do IPREV.

Em relação às despesas com pessoal em face da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos o quadro a seguir, com os dados colhidos desde o início da vigência dessa Lei:

Despesas com pessoal				
Ano	A = RCL	B = Despesa Líquida	C = Inativos e pensionistas (fonte 206)	% (B/A)
2000	3.209.332.013,88	853.215.749,06	143.906.811,48	26,59%
2001	3.421.111.796,02	1.160.680.284,89	152.615.253,44	33,93%
2002	3.988.518.249,39	1.293.431.000,00	219.985.000,00	32,43%
2003	4.467.483.359,09	1.488.573.380,88	264.128.846,37	33,32%
2004	5.309.061.477,34	1.619.777.518,17	342.695.775,30	30,51%
2005	6.149.618.267,35	2.148.890.534,97	451.527.532,85	34,94%
2006	6.969.806.703,08	2.870.979.036,91	565.582.765,18	41,19%
2007	8.165.043.021,97	2.961.890.568,18	720.426.732,20	36,28%
2008	9.626.476.275,59	4.083.937.686,77	796.096.762,02	42,42%
2009	10.254.998.540,21	4.455.744.037,23	1.000.452.171,66	43,45%
2010	11.485.148.499,11	4.984.004.875,72	1.145.419.497,47	43,40%
2011	12.859.741.832,57	5.928.304.823,76	1.357.943.354,61	46,10%
2012	14.312.436.247,00	6.437.046.085,14	1.238.566.467,73	44,98%
2013	15.811.905.452,74	7.117.986.822,49	1.322.444.468,37	45,02%

Na gestão orçamentária e financeira do Governo, foram promovidas várias alterações com o intuito de tornar a máquina pública mais ágil e mais eficiente. Além do novo modelo de Plano Plurianual, aprovado sob as novas regras da Lei Orgânica do Distrito Federal (Emenda nº 58/2010), o Poder Executivo pôde contar pela primeira vez com novas regras para remanejamento orçamentário, o que deu mais dinâmica à sua atuação.

Em relação à eficiência na execução do orçamento, o nosso Governo vem aumentando significativamente seus investimentos, conforme quadro seguinte:

Execução do orçamento em bilhões (R\$)				
Exercício	Custeio	Pessoal	Investimentos	Total
2008	3,8	11,5	1,1	16,4
2009	5,5	12,0	1,5	19,0
2010	5,6	12,7	1,2	19,5
2011	5,2	15,8	1,1	22,1
2012	5,7	17,7	1,8	25,2
2013	6,2	18,8	2,3	27,3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Esse volume de recursos tem aumentado em razão das várias medidas tomadas pelo atual Governo, tanto do ponto de vista da gestão interna quando da significativa melhoria nas relações com o Governo Federal, que muito tem contribuído para aprovar os projetos do atual Governo submetidos à sua avaliação.

Registro ainda a recente aprovação da Lei 5.254, de 20/12/2013, autorizando aplicar no Distrito Federal o regime diferenciado de contratações – RDC, aprovado na União pela Lei federal 12.462, de 4/8/2011, que vai permitir ao Poder Executivo mais celeridade na celebração de contratos em áreas vitais para a qualidade de vida da nossa população.

Paralelamente a isso e como decorrência dos rigores que este Governo vem implementando na política de transparência e controle, registro a significativa redução nos casos de dispensa de licitação. Nos anos de 2005 e 2006, por exemplo, a dispensa de licitação chegou a ser 19% e 21% do total das despesas executadas no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social (dados do TCDF, contas de 2008). No atual Governo, a dispensa de licitação foi reduzida para 5% em 2011 e para 3% em 2013.

9) Transparência e controle

No campo da transparência e controle, nosso Governo avançou mais do que todos os outros. Entendemos que a informação é um direito fundamental do cidadão, por isso temos o objetivo precípuo de oferecer à sociedade distrital uma gestão governamental comprometida, eficiente, transparente, participativa e ética.

No mesmo dia que assumi o Governo do Distrito Federal, criei a Secretaria de Transparência e Controle, com a missão clara de direcionar os esforços do Governo para combater a corrupção, mal que assolou o DF em anos anteriores, e, ao mesmo tempo, estruturar o Governo com medidas capazes de permitir à população não só conhecer o que fazemos como também apresentar críticas e sugestões sobre a gestão governamental.

Entre as primeiras medidas que tomamos, relembro o Plano de Transparência e Combate à Corrupção, abrangendo medidas relacionadas às ações em todo o Governo do Distrito Federal, que foram subdivididas em cinco áreas de atuação: aumento da transparência; combate à corrupção; aperfeiçoamento da gestão; ampliação dos instrumentos de combate e prevenção da corrupção; e fomento à ética e à participação da sociedade.

Seguiu-se a institucionalização de várias medidas com o propósito de tornarmos o Governo transparente, ético e sob controle da sociedade. Nesse ponto, enfrentamos temas importantes, como os seguintes:

- a) a vedação ao nepotismo (Decreto nº 32.751, de 4/2/2011);
- b) a adoção dos critérios da Lei da ficha limpa (Emenda à Lei Orgânica nº 60/2011);



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

- c) a reformulação e redefinição completa das infrações disciplinares e do processo administrativo disciplinar (Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011);
- d) o acesso à informação (Lei nº 4.990, de 12/12/2012);
- e) o sistema de gestão de ouvidoria (Lei nº 4.896, de 31/7/2012);
- f) o novo sistema de correição (Lei nº 4.938, de 19/9/2012);
- g) as normas sobre processamento das tomadas de contas especiais (Instrução Normativa nº 05, de 7/9/2012); etc.

A partir da institucionalização dessas medidas, o Governo vem atuando para torná-las efetivas.

Na implementação da Lei de Acesso à Informação, o Governo tem buscado reduzir o tempo de resposta. Nos dados disponibilizados sobre a Copa do Mundo, por exemplo, a transparência nos investimentos do Distrito Federal foi avaliada como a de maior índice entre todas as sedes.

Nos aspectos atinentes aos controles, também muita coisa tem sido realizada no atual Governo, quer em relação às práticas administrativas dos agentes públicos, quer em relação aos fornecedores de bens e serviços para a Administração Pública. O Observatório do Gasto Público e o enfoque preventivo no controle interno demonstram a correção dos caminhos que trilhamos no atual Governo.

O Conselho de Transparência e Controle Social é outra demonstração do atual Governo na busca incessante por aprimorar os instrumentos de participação social no controle dos gastos públicos.

Trata-se de um conjunto de ações indispensáveis para que os desmandos do passado não mais se repitam na Capital da República. Sei que toda a sociedade distrital está de olho no Governo, e ninguém quer que se repita aqui a Operação Caixa de Pandora, investigação policial que apura desmandos de vários anos de maus governantes que passaram pelo Palácio do Buriti.

Associado à transparência e ao controle, o atual Governo tem buscado institucionalizar a participação social nas decisões do Governo para a formulação de suas políticas públicas. A realização de conferências nas diversas áreas de atuação governamental, a efetiva atuação dos conselhos com participação de membros da sociedade civil, as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o orçamento participativo são exemplos de como a sociedade pode ser envolvida e sentir-se copartícipe das decisões que irão influenciar suas vidas e seu futuro.

10) Desenvolvimento Social e Cidadania

O atual Governo tem reforçado as políticas públicas para o desenvolvimento social e a cidadania, nesse esforço conjunto com o Governo Federal para



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

eliminarmos no Brasil a extrema pobreza e melhorarmos as condições de vida das pessoas menos favorecidas economicamente.

O objetivo da nossa política de assistência social é contribuir efetivamente na elevação da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre do Distrito Federal por meio da redução das desigualdades sociais, da superação da extrema pobreza e da garantia de outros direitos sociais.

Desde o início do Governo, reformulamos a estrutura jurídica, administrativa e operacional para implementarmos os mais diversos programas e ações efetivas e, com isso, temos conseguido expressivos resultados nos três anos de nosso Governo.

Os dados divulgados pelo IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2012), apontam que o Índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição social da renda, vem caindo no DF. Era de 0,598 em 2011 e passou para 0,572 em 2012 (quanto menor o índice, menor a desigualdade na distribuição da renda).

No Plano DF Sem Miséria, a complementação da renda do Bolsa-Família (renda mínima *per capita* de R\$ 100,00) retirou da extrema pobreza as 36,5 mil famílias existentes no DF. Com a Lei 5.133/2013, essa renda mínima *per capita* passou para R\$ 140,00, o que eleva para 58 mil os beneficiários incluídos no Plano DF Sem Miséria e 88.240 os beneficiários no Programa *Bolsa-Família*.

Outro dado que merece referência é o atendimento às famílias realizado pelas unidades do GDF (CRAS, CREAS, COSE, Centro POP e Unidades de Acolhimento), que teve aumento expressivo. São mais de 60 mil famílias atendidas por esses serviços.

Importante também destacar a construção de estratégias específicas para atendimento à população em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis, grupos prioritários de atendimento que tiveram novos serviços e ações de referência implantadas:

a) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua em Taguatinga;

b) Centro de Informação ao Catador, espaço I-Catador localizado nas proximidades do Lixão da Estrutural;

c) Programa *Cidade Acolhedora*, que realiza abordagem social diária à população em situação de rua em todas as Regiões Administrativas do DF;

d) 250 novas vagas de acolhimento (abrigo) para população em situação de rua;

e) realização do 12º Festival Lixo e Cidadania, que contou com a participação de mais de 1.000 catadores de todos os estados brasileiros;

f) fornecimento diário de café da manhã a cerca de dois mil catadores do Lixão da Estrutural.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Na Política de Segurança Alimentar e Nutricional, também avançamos, especialmente na qualidade das refeições fornecidas nos 13 Restaurantes Comunitários, no aumento do número de refeições fornecidas e na efetivação da parceria com a agricultura familiar, que possibilita o fornecimento de leite, iogurte, queijo e pão para entidades de assistência social, comunidades terapêuticas e creches conveniadas com a Secretaria de Educação. Esse Programa de Provimento Alimentar e Nutricional – PROVISAN beneficiou mais de 300 mil pessoas em 2013.

Para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade por ausência de moradia ou moradia precária, foi criado um auxílio (Lei nº 5.165, de 4/9/2013) no valor de R\$ 600,00 para custeio de aluguel. Serão priorizados os grupos de população em situação de rua e as famílias do Programa *Bolsa-Família* e *DF Sem Miséria*, que utilizarem mais de 30% da renda com despesas de aluguel.

As famílias inseridas no Cadastro Único têm, ainda, a possibilidade de acessar o mundo do trabalho por meio de vagas nos cursos do PRONATEC Brasil Sem Miséria, oferecidos prioritariamente a esse público. Em 2014, serão mais de 5.000 vagas, com ênfase nos cursos oferecidos pelas bases móveis que facilitam o acesso da população.

Também para 2014 o Governo deve consolidar as ações em desenvolvimento, com foco na ampliação e na qualificação da sua rede de assistência social e de segurança alimentar e nutricional. Por meio dessa rede, as unidades trabalharão na identificação das demandas dos grupos populacionais, promovendo atividades de fortalecimento da função de proteção familiar, reforçando direitos, promovendo diálogo e melhoria da qualidade de vida em cada um dos territórios do DF.

Menciono ainda que, em 2014, as ações de organização e atendimento dos catadores de materiais recicláveis estão voltadas principalmente para a qualificação profissional e assistência técnica para melhoria de sua renda. Serão construídas 12 centrais de triagem e uma central de comercialização para garantir o processamento e agregação de valor dos materiais da coleta seletiva. Essa nova política deve beneficiar cerca de 5 mil catadores.

Na proteção social das crianças e adolescentes, merece menção a inauguração de novas unidades de atendimento em semiliberdade, a construção de novas unidades de internação e a reforma e ampliação das existentes. Tudo com vista à desativação do CAJE.

No enfrentamento às drogas, o Governo tem diversas iniciativas em diferentes órgãos. Além de palestras para prevenir a população, especialmente jovens e adolescentes contra o uso de drogas, estamos criando uma infraestrutura capaz de acolher e dar tratamento adequado aos envolvidos. Criamos consultórios de rua, centros de atenção psicossocial, unidades de atendimento e implementamos equipes de abordagem social.

Setor Protocolo Legislativo
Proc. Nº 52 / 2014
Folha Nº 35-up



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Na defesa do consumidor, o PROCON realizou quase 200 mil atendimentos e atuou junto às empresas para a solução efetiva dos problemas que foram levados ao seu conhecimento.

Na assistência judiciária às pessoas pobres, tivemos a oportunidade de criar a Defensoria Pública do Distrito Federal (Emenda à Lei Orgânica 61/2012) para melhor atender ao cidadão. Cerca de 400 mil pessoas demandaram nossa Defensoria Pública, que atua em cerca de 320 mil processos sobre assuntos diversos nas áreas cível, criminal, família, consumidor, execução de pena, medidas socioeducativas, etc.

No atendimento ao cidadão, merece especial referência nesta Mensagem a atuação do NA HORA, cujos atendimentos em suas seis unidades (Rodoviária do Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Gama e Riacho Fundo) ultrapassaram a casa de 3,5 milhões. O índice de satisfação da população chega a mais de 95% dos atendidos.

Também estamos dando especial atenção à criança e adolescente, à mulher, ao idoso e à pessoa com deficiência. O conjunto de políticas públicas para essas minorias é significativo, e várias das medidas tomadas pelo atual Governo puderam contar com a aprovação dessa Casa, como a nova lei dos conselhos tutelares, o custeio das gratuidades para a pessoa com deficiência, as modificações no Fundo dos Direitos do Idoso e na política distrital do idoso.

11) Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico de nossas cidades é reflexo de todo um conjunto das atividades estatais, especialmente numa unidade federativa como o Distrito Federal, concebido para ser sede dos Poderes da República, das representações diplomáticas e dos principais organismos internacionais com representação no País.

Nossas atividades econômicas dependem muito do que é feito no setor público, pois a remuneração dos servidores é o principal instrumento indutor das iniciativas no setor privado. É ela, junto com as aquisições de bens e serviços pelos órgãos e entidades públicas, que movimenta a economia distrital.

Nosso PIB está acima de 160 bilhões e ocupamos o sétimo lugar no *ranking* das unidades da federação. Nosso PIB *per capita*, porém, é, de longe, o maior do País e já ultrapassa o valor de R\$ 63 mil, bem acima da realidade brasileira, já que isso é quase o dobro do segundo colocado.

Para 2014, a oportunidade de negócios a serem gerados pela Copa do Mundo aponta que o PIB distrital deve crescer cerca de 4%, segundo o SEBRAE-DF, especialmente em razão dos investimentos que estão sendo feitos pelo setor público e pela rede de hotelaria do Distrito Federal.

Para ajudarmos no desenvolvimento econômico do setor empresarial, além de darmos continuidade à implementação das medidas decorrentes da Lei das



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, temos atuado no apoio direto da indústria e do comércio local.

Foram publicadas, no início de 2013, as Leis 5.017 e 5.018, criando linhas de financiamento para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS da indústria e do comércio, respectivamente.

Paralelamente a isso, instituímos duas novas leis para agilizar a emissão de licença de funcionamento, publicadas no final de 2013.

Na agricultura e abastecimento, as ações do Governo têm sido decisivas para a melhoria da qualidade dos produtos ofertados e para a capitalização do homem do campo. Em 2013, foram liberados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural mais de R\$ 3,3 milhões, o que representa quase seis vezes o que foi liberado em 2010, ano anterior ao início do atual Governo.

O crédito rural para a agricultura familiar também apresenta expressivos crescimentos. Em apenas dois anos, o atual Governo aumentou em mais de 70% o crédito para esse segmento do campo.

O programa de compras governamentais, instituído no atual Governo, é outro exemplo do nosso apoio ao desenvolvimento rural. Em 2013, foram adquiridos diretamente dos produtores rurais mais de 2,6 mil toneladas de alimentos.

Também estamos melhorando a infraestrutura do campo, pelo melhoramento das vias, da energia elétrica e dos pavilhões.

Nas duas conferências de desenvolvimento rural (2012 e 2013), o atual Governo buscou trazer o homem do campo para a participação e controle social. Mais de dois mil agricultores participaram dessas conferências. Também houve intensa participação no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF e nos Conselhos Regionais.

Nos aspectos fundiários, há 3,5 mil processos de regularização em andamento, e 500 contratos de concessão de uso já foram assinados. Na CEASA, foram regularizadas 280 empresas, cujos termos de permissão se encontravam, quase todos, vencidos ou em situação irregular quando assumimos o Governo.

A CEASA é o principal mercado atacadista do Distrito Federal e Entorno. Os que ali atuam precisam de tranquilidade para desenvolver suas atividades, pois só em 2013 foram comercializados mais de 340 mil toneladas de alimentos, o que movimentou quase um R\$ 1 bilhão.

No desenvolvimento do turismo, além das medidas efetuadas na infraestrutura urbana, da legislação que fixa a política para o setor, temos trabalhado para atrair grandes eventos para o Distrito Federal, colocando nossa unidade federativa no circuito nacional.

Temos o desafio de atrair mais turistas para nossa Capital. Atualmente, esse segmento representa pouco mais de 2,5% de nosso PIB, o que demonstra o quanto



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

de espaço há para trabalhar no desenvolvimento do turismo por aqui. Atrair grandes eventos para nossa cidade é, certamente, um meio efetivo para melhorarmos o turismo na nossa Capital.

Na política de fomento, o BRB vem buscando expandir sua atuação. Inaugurou nove pontos de atendimento e abriu várias linhas de crédito para financiamentos diversos, muitas das quais com o chamado crédito consignado.

12) Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O atual Governo tem trabalhado firme para implementar medidas com vistas à preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, pois entende que isso é indispensável para a sustentabilidade de nossas cidades.

O Distrito Federal produz por ano quase um milhão de toneladas de resíduos sólidos domiciliares e quase um milhão de toneladas de entulho. Dar destino adequado a esse volume de rejeitos é o grande desafio de nossa cidade, que estamos enfrentando de forma serena, mas firme e permanente.

A nova política de resíduos sólidos, aprovada pelas Leis nº 4.704/2011 e 4.948/2012, está sendo implementada, merecendo registro o aterro sanitário em Samambaia, o que vai possibilitar a desativação do Lixão, e o início agora em 2014 da coleta seletiva de lixo em todo o Distrito Federal.

Em razão da desativação do Lixão e a fim de dar um pouco de dignidade àqueles que ali trabalham, o Governo, por meio de contrato de financiamento com o BNDES, vai construir e estruturar 12 centros de triagem de reciclagem de material, além de um galpão central para a comercialização destinada aos produtos reciclados provenientes das cooperativas de catadores.

Outro ponto relevante da agenda ambiental é a viabilidade dos parques existentes no Distrito Federal. Ao assumirmos o Governo, apenas 6 dos 72 parques tinham condições mínimas de visitação e utilização. Hoje, já entregamos 12 parques totalmente revitalizados e temos 18 cujas obras de revitalização estão em andamento. O investimento médio na revitalização de cada parque é de R\$ 2,5 milhões.

Alguns licenciamentos ambientais importantes foram expedidos pelo Governo em 2013, agilizando o andamento dos processos, principalmente de cunho habitacional. Entre eles, merecem destaque:

a) Licença Ambiental do Setor Habitacional Vicente Pires, que permite a construção de infraestrutura urbanística e saneamento, com população atendida de aproximadamente 70.000 habitantes;

b) Licenciamento Ambiental do Setor Habitacional Bordas de Ceilândia, Trecho II – Sol Nascente, que permite a construção de infraestrutura urbanística e saneamento, com população atendida de aproximadamente 50.000 habitantes;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

c) Licença Ambiental para a implantação do parcelamento de solo e construção de residencial multifamiliar no empreendimento denominado Paranoá Parque, situado na Região Administrativa do Paranoá – RA VII, projeto integrante do Programa *Morar Bem*, constituído de 15 lotes com 14 blocos e 12 lotes com 15 blocos de 16 unidades cada, totalizando 6.240 unidades habitacionais para uma população estimada de 21 mil pessoas;

d) Licenciamento Ambiental para Setor Habitacional Parque das Bênçãos com população atendida de aproximadamente 100 mil habitantes;

e) Licença de Instalação Corretiva para a continuidade de implantação da infraestrutura do empreendimento de coleta de esgotamento sanitário, captação e drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica na Região Administrativa de Planaltina (Setor Residencial Oeste, Quadras I, J e K), com população atendida de aproximadamente 3.700 habitantes;

f) Licença Ambiental Simplificada para o parcelamento de solo das quadras 117 e 118 do Recanto das Emas – RA XV, projeto integrante do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, com implantação de 653 unidades imobiliárias, para atender a uma população estimada de 5.300 habitantes;

g) Licença Ambiental de Instalação do Aterro Sanitário do Distrito Federal;

h) Licença Ambiental do Trevo de Triagem Norte (Duplicação da Ponte do Bragueto);

i) Licença Ambiental das obras de expansão do Aeroporto e as suas vias de acesso.

Em dezembro de 2013, foi lançada a obra do Hospital Veterinário Público do DF no Parque Lago do Cortado, em Taguatinga, segunda unidade deste tipo no País, para atender cães e gatos de famílias cadastradas em programas sociais do GDF. A unidade veterinária terá seis módulos e realizará consultas, internações, exames de radiologia digital, ultrassonografias, cirurgias gerais, ortopédicas e oncológicas.

Além disso, a agenda ambiental está presente no conjunto de obras executadas, em execução ou na fase de planejamento. Todas elas têm como condicionante inegociável o completo atendimento das precauções relacionadas com impactos ambientais, que complementamos com as manutenções dos gramados, parques e jardins, assim como por meio da continuação do Programa de *Plantio de Árvores* em todo Distrito Federal.

13) Emprego, Renda e Oportunidades

O emprego e a renda são indispensáveis para a construção de uma sociedade harmônica. E, no Distrito Federal, com forte apoio da União, temos criado condições para geração de emprego e renda nos mais variados setores, graças



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

especialmente ao conjunto de investimentos do Poder Público e das medidas que estão sendo adotadas para fortalecer nossa economia.

A taxa de desemprego no Distrito Federal continua em queda, mas ainda temos muito que fazer. Por isso, continuamos firmes na implementação dos investimentos públicos e na atração de investimentos do setor privado, especialmente daqueles que fazem circular a riqueza, gerando as oportunidades de que tanto nossa população precisa.

Além dos investimentos, o Governo tem tomado iniciativas para contribuir com as oportunidades de renda da população.

A Lei da Economia Solidária (Lei 4.899/2012), o programa *Jovem Candango* (Lei 5.216/2013), os programas de compras governamentais para aquisição de alimentos diretamente dos produtores, as fábricas sociais são exemplos de iniciativas que contribuem para criar oportunidades de renda ou de sua melhoria.

No programa de microcrédito (Prospera), foram emprestados mais de R\$ 12 milhões aos empreendedores, dando-lhes a oportunidade de incrementar seu negócio.

Paralelamente a isso, trabalhamos com programas de qualificação profissional. Em 2013, foram oferecidas 4,5 mil vagas para cursos destinados aos jovens do Distrito Federal. O Qualificopa formou sua 7ª turma, chegando a um total de mais de 10 mil alunos qualificados pelo programa. E uma parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) abriu 1.800 vagas para cursos técnicos gratuitos.

Pelo programa *Pronatec*, capacitamos cerca de 5,5 mil pessoas em parceria com o SENAI, SENAT, SENAC, SENAR e IFB.

No apoio ao trabalhador, além da inauguração da agência do Itapoã, estamos reformando as agências com o objetivo de melhorarmos a infraestrutura. Já foram reformadas as agências do Recanto das Emas, Estrutural, Sobradinho, Taguatinga, Ceilândia, Casa do Artesão e P SUL. As demais agências devem ser reformadas em 2014.

Essas agências também passam por reestruturação para facilitar o atendimento, com a implementação de um novo sistema de rede, telefonia e emissão de senhas.

Com a implementação das fábricas sociais, pretendemos qualificar pessoas para melhorar a sua renda. A primeira fábrica social já está em funcionamento na Cidade do Automóvel. Mais de 1.300 pessoas já foram qualificadas, e sua renda, em dezembro, chegou a quase R\$ 1.300,00.

E o conjunto de obras do Governo é certamente a maior fonte de novos empregos no Distrito Federal. Além dos empregos criados para sua execução, serão criados empregos para sua manutenção.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

14) Relações Institucionais

Nos aspectos institucionais, já no início do atual Governo, inauguramos uma nova forma de diálogo com a população e com todos os órgãos e entidades federais, embaixadas, sindicatos, associações, instituições, Estados e Municípios da RIDE.

Na relação com os Municípios que integram a RIDE, temos buscado contribuir na busca de soluções efetivas para os problemas que causam reflexos e sobrecarga nos serviços públicos do Distrito Federal e adoção conjunta de políticas públicas. Criamos uma Secretaria especialmente para cuidar dessas relações.

O Governo Federal tem sido parceiro incontestado de nosso Governo e contribuído sobremaneira para que possamos implementar medidas e investimentos indispensáveis à nossa população.

A nossa Presidenta Dilma Rousseff não tem medido esforços para ajudar a Capital da República. As demonstrações de apreço da Presidenta pela Capital vão desde a liberação de recursos para nossos investimentos até a disponibilização de acervos culturais para o nosso Museu da República.

Com essa Casa, meu Governo tem trabalhado em estreita sintonia. Tenho ciência da importância do trabalho legislativo, não só porque fui parlamentar boa parte da minha vida pública, mas principalmente por ter constituído um governo aberto e transparente que não pode prescindir de boas leis para a segurança jurídica das suas ações.

O conjunto de matérias de iniciativa do Poder Executivo submetidas à apreciação dessa Casa confirmam o quanto ela é importante para nossa sociedade. Nestes três anos de Governo, foram aprovadas 479 proposições do Poder Executivo. Raras foram as que tiveram um ou outro voto contrário. Isso demonstra a capacidade de diálogo do meu Governo não só com os Deputados da base aliada, mas também com os da oposição.

Conforme já assinaléi na Mensagem anterior, meu Governo continuará dialogando com essa Casa, seja nas audiências públicas, nas reuniões técnicas, nas reuniões políticas e na análise aprofundada nas Comissões e assessorias, pois queremos que o processo legislativo seja o mais transparente e democrático e que os projetos do Governo, tal como vem sendo feito, continuem a ser analisados com a profundidade que cada tema requer, pois temos a convicção de que só o esforço conjunto do Governo, Legislativo e sociedade é capaz de dotar o Distrito Federal de uma legislação efetivamente séria e eficaz para nossa Unidade Federativa.

Setor Protocolo Legislativo
Proc. Nº 92 / 2014
Folha Nº 41-ep



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Conclusão

Concluindo essa exposição, reafirmo mais uma vez o meu compromisso de trabalhar incansavelmente pelo Distrito Federal, pois quero que, ao fim do meu mandato, sejamos reconhecidos como a cidade que cuida das pessoas, que trabalha em harmonia com o Governo Federal, com essa Casa e com as demais instituições públicas e privadas. Quero também que o meu Governo seja reconhecido pela transparência e pelo controle das despesas públicas e pelo Governo que reinveste cada centavo do contribuinte na prestação de serviços públicos de qualidade, especialmente em saúde, educação, segurança e qualidade de vida para todos.

Tenho a convicção de que meu Governo e essa Casa partilham dos mesmos objetivos de realização do bem comum e da melhoria da vida das pessoas do Distrito Federal. Em 2014, temos a oportunidade de juntos promovermos mais um ano de conquistas fundamentais para o alcance do futuro que aspiramos.

Muitas das entregas a serem feitas neste ano só foram possíveis com a aprovação por essa Casa de Leis.

Por isso, agradeço o apoio recebido e espero intensificar a relação de parceria, respeito e apreço com as Senhoras e Senhores Deputados nesta sessão legislativa que hoje se inicia.

Atenciosamente,

AGNELO QUEIROZ
Governador

Setor Protocolo Legislativo
PROC Nº 52 / 2014
Folha Nº 42-uf



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição



Em razão da publicidade conferida por sua leitura na Sessão Ordinária realizada em 04/02/2014 e, ainda, subsequente publicação que ocorrerá no Diário da Câmara Legislativa, encaminhe-se o PROC nº 52/2014, que contém a Mensagem nº 13/2014-GAG, ao arquivo, com fundamento no art. 42, § 1º, XV, do RICLDF.

Brasília-DF, 11/02/2014.


FELIPE TRICHES
Consultor Legislativo
Matrícula nº 16.786

Setor Protocolo Legislativo
PROC Nº 52 / 2014
Folha Nº 43-af